

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**O BRASIL E SUA ADESÃO À ALCA:**

enfrentando a competitividade diante do desenvolvimento social

FRANCISCO GOMES CORRÊA

RECIFE  
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**O BRASIL E SUA ADESÃO À ALCA:**

enfrentando a competitividade diante do desenvolvimento social

FRANCISCO GOMES CORRÊA

PROF. DR. OLÍMPIO JOSÉ DE ARROXELAS GALVÃO

RECIFE  
2004

**FRANCISCO GOMES CORRÊA**

**O BRASIL E SUA ADESÃO À ALCA:**

enfrentando a competitividade diante do desenvolvimento social

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Economia, no PIMES – Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Olímpio José de Arrouxelas Galvão

RECIFE  
2004

CORRÊA, Francisco Gomes

O Brasil e sua adesão à ALCA: enfrentando a competitividade diante do desenvolvimento social / Francisco Gomes Corrêa. – Recife, 2004.

85 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

1. Brasil – ALCA 2. Brasil – ALCA – contexto histórico 3. Brasil – ALCA – perspectivas – entraves | Título.

CDU 339.542.2: 316.42 (81)

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL DO ALUNO FRANCISCO GOMES CORRÊA REALIZADA NO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO EM VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUATRO.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro, as dezessete horas, na sala C - 5 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública teve início a defesa de Dissertação em Economia intitulada "O Brasil e sua Adesão à ALCA: Enfrentando a Competitividade Diante do Desenvolvimento Social" do aluno Francisco Gomes Corrêa, o qual já havia preenchido anteriormente, todas as demais condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Economia. A Banca Examinadora aprovada em nove de fevereiro de 2004 na reunião da Comissão Permanente do PIMES - Pós-Graduação em Economia da UFPE e homologada pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESQ/UFPE, conforme processo n.º

será constituída pelos seguintes professores: Prof. Olímpio José de Arroxelas Galvão (Orientador); Prof. Tarcísio Patrício de Araújo (Examinador Interno); Prof. Guerino Edécio da Silva Filho (Examinador Externo/UFPE); Prof. João Policarpo Rodrigues Lima (Suplente Interno); Prof. Sinézio Fernandes Maia (Suplente Externo/UFPE). O Professor Olímpio Galvão, na qualidade de Orientador do Mestrando presidiu os trabalhos e após as apresentações formais convidou o candidato a fazer uma exposição sucinta do seu trabalho, das dificuldades que enfrentou, da experiência adquirida no campo da pesquisa científica e das perspectivas que julga encontrar em suas atividades futuras. Após a exposição do candidato deu-se início a arguição, por parte da Banca. Cada examinador teve no máximo vinte

minutos para sua arguição, concedendo-se ao candidato tempo igual de resposta. Finda arguição, a Banca Examinadora deliberou em reunião secreta sobre as menções atribuídas à Dissertação. Em seguida foram anunciadas publicamente as menções obtidas pela candidato:

Prof. Olímpio Galvão: APROVADO

Prof. João Policarpo (Suplente Interno): APROVADO

Prof. Guerino da Silva: APROVADO

Em tempo, o mestrando terá 3 (três) meses para efetuar as correções exigidas pela banca e obter a concordância quanto ao atendimento das mesmas por parte do orientador.

Por motivo de impossibilidade do Examinador Interno, Prof. Tarcísio Araújo, estar presente à defesa na presente data, o Suplente Interno, Prof. João Policarpo, participou da Banca Examinadora.

E para constar lavrei a presente ata, a qual será assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora e pelo examinando. Recife, vinte e seis de fevereiro de dois mil e quatro.

Prof. Olímpio Galvão: [Assinatura]

Prof. João Policarpo: [Assinatura]

Prof. Guerino da Silva: [Assinatura]

Francisco Corrêa: [Assinatura]

Patricia Alves: [Assinatura]

À minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos aqueles que contribuíram para a elaboração desta dissertação e, de modo especial, ao Professor Dr. Olímpio Galvão, que com poucas palavras me convenceu a concluir o trabalho.

*“Todo Fracasso é justificável satisfatoriamente pelo fracassado, em contrapartida todo sacrifício tem o seu preço”.*

*Francisco Gomes Corrêa*

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo a idéia de transmitir uma abordagem clara acerca das vantagens e objeções para o Brasil, diante da possibilidade de seu ingresso na ALCA, numa interpretação baseada na realidade histórica, social e cultural do Brasil. A economia mundial tem sido alvo de grandes transformações. Graves crises vêm marcando a economia de importantes países, que procuram se adequar ao novo contexto mundial da globalização. Por isso procurou-se desenvolver este trabalho a partir do método dialético, na concepção do hegelianismo, que considera a história como o grande fator de mudança, estando o homem inserido neste contexto. Para relatar a história da globalização no Brasil e no MERCOSUL, é necessário analisar em todas as dimensões e aspectos o processo de formação da área hemisférica de livre comércio em que os países formaram e estão formando blocos econômicos, como é o caso do continente americano em que os EUA, com sua influência nos países latino-americanos, lançam a proposta de criação da ALCA, na expectativa de que as nações americanas superem suas dificuldades econômicas.

## SUMMARY

This dissertation has as objective the Idea of transmitting a clear approach concerning the advantages and objections to Brazil, due to the possibility of its entrance in the LOOP, in a set interpretation in fact historical, social and cultural of Brazil. The world economy has been objective of great transformations. Serious crises come marking the economy of important countries, that you/they try to adapt to the new world context of the globalization. That it tried to develop this work starting from the method dialectic, in the conception of the hegelianismo, that considers the history as the great change factor, being the man inserted in this context. To tell the history of the globalization in Brazil and in MERCOSUL, it is necessary to analyze in all the dimensions and aspects the process of formation of the area free trade hemispheric in that the countries formed and they are forming economic blocks, as it in the case of the American continent in that the USA, with its influence in the Latin-American countries, throw the proposal of creation of the LOOP, in the expectation that the American nations overcome its economic difficulties.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01	- Montante dos empréstimos contraídos, ao longo de 15 anos, pelo governo brasileiro, em bilhões de dólares .....	37
Quadro 01	- Desvalorização da moeda no século XX .....	48
Mapa 01	- Estado do Maranhão - Pólos Exportadores, 2001 .....	75
Gráfico 02	- Estado do Maranhão - Exportações e Importações Totais, 1980–2001 – Em US\$ 1.000 .....	78
Gráfico 03	- Estado do Maranhão - Índice de Crescimento das Exportações e Importações Totais, 1980-2001 – Base: 1980=100 .....	78
Quadro 02	- Participação da População por Estratos Sociais no “Bolo” do PIB ...	90
Quadro 03	- As Diferentes Projeções do PIB .....	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Evolução do Brasil nos saldos do balanço comercial, por blocos econômicos, 1980-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB .....	43
Tabela 02 - Macroregiões do Brasil. Exportações Totais, 1960-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB .....	63
Tabela 03 - Macroregiões do Brasil. Importações Totais, 1960-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB .....	64
Tabela 04 - Região Nordeste. Evolução nos Saldos do Balanço Comercial, 1960-2001. Valores em US\$ milhões .....	66
Tabela 05 - Nordeste do Brasil. Principais Produtos Exportados, 2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB .....	70
Tabela 06 - Estado do Maranhão. Evolução no Saldo do Balanço Comercial, 1980-2001. Valores em % .....	76
Tabela 07 - Estado do Maranhão. Principais Produtos Exportados, 1989-2001. Valores em % .....	77
Tabela 08 - Exportações Totais do Brasil, por Blocos Econômicos, 1980-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB .....	80
Tabela 09 - Importações Totais do Brasil, por Blocos Econômicos, 1980-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB .....	81

## LISTA DE SIGLAS

AELC	- Associação Européia de Livre Comércio
ALADI	- Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	- Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CARICOM	- (Caribbean Community and Common Market) dos países do Caribe
CEE	- Comunidade Económica Européia
DECEX	- Departamento de Operações do Comércio Exterior
E.U.A.	- Estados Unidos da América do Norte
EFTA	- European Free Trade Association
FCES	- Fórum Consultivo Económico
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	- Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
IPEA	- Instituto de Pesquisas Económicas Aplicadas
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	- Mercado Comum dos Países do Cone Sul
NAFTA	- North America Free Trade Agreement
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PIB	- Produto Interno Bruto
SECEX	- Secretaria de Comércio Exterior
SGP	- Sistema Geral de Preferências
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TA - Tratado de Assunção

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	08
LISTA DE TABELAS .....	09
LISTA DE SIGLAS .....	10
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
2.1 Quanto ao Método .....	16
2.2 Quanto à Pesquisa .....	17
2.3 Delimitação do Estudo .....	17
<b>3 A AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>19</b>
<b>4 A ALCA: ORIGENS, PROPOSTAS E SIGNIFICADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>5 A ALCA E A ECONOMIA BRASILEIRA .....</b>	<b>35</b>
5.1 Vantagens para o Brasil em participar da ALCA .....	40
5.2 Objeções à Participação do Brasil na ALCA .....	43
<b>6 ALGUNS ASPECTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE ....</b>	<b>47</b>
<b>7 O COMÉRCIO MUNDIAL E AS ENTIDADES COMUNITÁRIAS INTERNACIONAIS .....</b>	<b>55</b>
7.1 O Mercosul e seus significados .....	59
7.2 O Mercosul e o Brasil .....	61
7.2.1 O Nordeste .....	67
7.2.2 O Caso Específico do Maranhão .....	74
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>82</b>
REFERÊNCIAS .....	86
ANEXOS .....	89

## 1. INTRODUÇÃO

As primeiras reflexões teóricas, em se tratando de custo-benefício das trocas internacionais, coincidem com a primeira corrente do pensamento econômico, o mercantilismo. Os primeiros pensadores mercantilistas discutiram, analisaram como o comércio exterior poderia servir, unilateralmente, aos interesses do Estado colonialista dos séculos XVI e XVII. Da hipótese mercantilista das vantagens unilaterais, a teoria básica cresceu, ao ponto de chegar à hipótese clássica dos benefícios recíprocos, centrada nos princípios das diferentes vantagens absolutas e relativas reveladas pelas nações (CARVALHO & SILVA).

O comércio internacional, assim como a moeda, fazem parte de uma controvérsia da economia. Alguns estudos básicos da economia moderna foram debatidos inicialmente nos séculos XVIII e XIX, tendo como enfoque o comércio internacional e a política monetária. Assim sendo, o interesse do estudo da economia internacional cresceu, devido à necessidade de os países se inter-relacionarem. Concomitantemente, a economia mundial está mais oscilante do que há muitas décadas (KRUGMAN & OBSTFELD, 1999).

Os países, por sua vez, praticam o comércio internacional por duas razões básicas, e, cada uma delas procurando melhores vantagens para o comércio. Primeiro, os países comercializam porque são diferentes uns dos outros. Os países, assim como os indivíduos, podem ser beneficiados por suas diferenças, isso quer dizer, produzir aquilo que faz relativamente bem, e, que tenha matéria-prima em abundância. Segundo, os países comercializam para obter economias de escala na produção. Isto é, se cada país produzisse apenas aquilo no qual ele tem mais

eficiência, seria melhor do que se tentasse produzir tudo (KRUGMAN & OBSTFELD, 1999).

“A teoria de comércio de David Ricardo, elaborada no século XIX, e a posterior análise monetária internacional de David Hume tornaram-se extremamente relevantes para o mundo moderno. Ao mesmo tempo, fizemos um esforço especial quanto à atualização da análise. O campo da economia internacional tem-se apresentado crescentemente criativo em anos recentes, com novas visões surgindo em temas como a economia da política comercial, a política estratégica de comércio, a determinação da taxa cambial e a coordenação internacional de políticas macroeconômicas. As idéias básicas dessas novas abordagens foram agrupadas, embora enfatizando o uso contínuo das idéias antigas” (Krugman & Obstfeld , 1999, p. 2).

A situação em que se encontra a economia mundial tem sido marcada, nas últimas décadas, pela incerteza, pela turbulência. Mesmo os países considerados ricos vêm sendo, de vez em quando, convulsionados por graves crises econômicas ou, pelo menos, se vêem às voltas com ameaças ou possibilidades de desequilíbrio em suas balanças (ARAÚJO JÚNIOR, 1998).

Enquanto a Europa vem procurando nivelar a economia de seus vários países, tendo criado um mercado comum, que aboliu ou minimizou as taxas alfandegárias, ajudando os associados mais fracos a resolverem suas carências, nas Américas continua a existir uma enorme defasagem entre ricos e pobres.

Alguma coisa, contudo, já vem sendo posta em prática, visando diminuir ou eliminar a fragilidade, a vulnerabilidade das nações latino-americanas frente a este capitalismo estratégico. Na década passada foi criado o Mercosul, entidade formada por países do chamado cone sul-americano - incluindo o Brasil - que vem funcionando de maneira satisfatória. E agora, os EUA estão propondo que todos os países do grande continente americano se unam num órgão intitulado de Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, com a finalidade de que pratiquem um comércio, exercitem a ajuda mútua, promovam um forte intercâmbio entre eles (AVERBURG, 1999).

Vivamente interessados sobre o que representaria a ALCA para o Brasil, é que se resolveu pesquisar, estudar, analisar esta proposta dos EUA, já que o Brasil, apesar de possuir uma certa liderança em relação aos demais membros da comunidade latino-americana, ainda é um país em desenvolvimento e situa-se muito aquém da potência norte-americana.

Faz-se, inicialmente, um breve estudo da economia mundial, para em seguida, lançar-se vistas sobre a história econômica dos países latino-americanos e, finalmente, chegar-se a uma análise da realidade brasileira.

Um estudo acerca da natureza da ALCA, sobre quais são os principais objetivos explicitados, qual vantagem o Brasil teria ao participar dessa organização internacional é o assunto deste trabalho dissertativo.

Sabe-se que ocorrem manifestações populares e também outras oriundas de círculos especializados, contra a participação de seus países na ALCA, inclusive o Brasil, é um dos que continua criando problemas nos debates em relação à ALCA.

O presente trabalho apresenta uma análise dessas críticas e posturas adversas, mas também elenca os itens que são considerados como pontos positivos desta tão discutida instituição.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1. Quanto ao Método

A questão do método que é seguido para a compilação de um trabalho científico é, sobremaneira, marcada pela prolixidade, haja vista a dificuldade de escolher e delimitar exatamente a sua forma de uso ou aplicação.

A rigor, é comum haver uma conjugação de métodos, um sobrelevando-se sobre o outro, sendo normal que apareça a injunção de um método sobre o outro, uma complementação, uma superposição de métodos (ENGELS, 1978).

Intencionalmente adotou-se, aqui, o método dialético, no sentido de cuidar com os aspectos históricos que envolvem pessoas, o governo, o estado e com a interferência que as pessoas exercem sobre a história num processo vivido e dinâmico (MACEDO, 1996).

Entende-se, por conseguinte, a dialética na concepção do hegelianismo, que considera a história como o grande fator de mudança e que o homem está inserido profundamente neste contexto. É o homem que faz a história, mas está se tornando uma entidade tão poderosa que pode salvar ou destruir o indivíduo, transformá-lo e transformar-se intensamente, agindo dentro e com a população (MACEDO, 1996).

“A história é sempre de grande importância para o povo, quando por meio dela se torne consciente do movimento de progresso do seu próprio espírito, que a si mesmo se expressa em leis, usos, costumes e feitos. A história apresenta um povo com a sua própria imagem numa condição que, desse modo, se torna para ele objetivo” (MACEDO, 1996, p. 32).

Assim sendo, o uso do método dialético veio proporcionar as condições para que se percebesse de modo crítico a realidade econômica dos países que integram o continente americano, discutindo sobre suas potencialidades, indagando

sobre qual será o papel da ALCA, qual a sua importância, que vantagens e quais as possíveis objeções o Brasil teria em participar desse organismo internacional (ENGELS, 1978).

## **2.2. Quanto à Pesquisa**

A pesquisa centrou-se mais em elementos documentais, fazendo-se uma exaustiva leitura de obras sobre o tema em pauta, buscando-se informações junto a órgãos oficiais de levantamento de dados.

A história econômica dos países da América foi pesquisada com toda a atenção para que se pudesse extrair dela os subsídios necessários para a reflexão e as deduções feitas.

Os dados foram obtidos tanto em compêndios clássicos da Economia como em obras contemporâneas de reconhecido valor, em jornais do ramo e em outros de abordagem geral.

A análise e a interpretação dos dados foram feitas à luz da moderna crítica que se baseia na comparação de elementos quantitativos, mas valoriza primordialmente os elementos qualitativos, enfatizando o social, o humano, o cultural (LAKATOS & MARCONI, 1991).

## **2.3. Delimitação do Estudo**

Os estudos empreendidos se referem basicamente às questões que se relacionam com a Economia brasileira, sobre o seu significado perante a possibilidade de o Brasil participar decisivamente da ALCA. Preocupações com os

outros países americanos, com o papel que os EUA poderão representar em relação aos países mais pobres, a própria posição de liderança do Brasil junto aos seus parceiros, a experiência do Brasil no MERCOSUL são fatores, cuja análise prepondera no texto dissertativo ora apresentado.

A pesquisa se estende dos anos 60 para os dias atuais, fechando-se mais precisamente nos últimos 10 anos, objetivando apontar causas e conseqüências, estabelecer tabelas, quadros comparativos entre desempenho do passado e do presente, porque de acordo com o dito popular, “O passado é o futuro que outrora fora presente” (LAKATOS & MARCONI, 1991).

### 3. A AMÉRICA LATINA

Os países que integram a América Latina – excetuando-se Cuba – e o Caribe e as antigas Guianas (Holandesa, Inglesa e Francesa) têm estado, todos, desde as suas formações coloniais até hoje, num patamar relativamente baixo de desenvolvimento econômico (SOTERO, 2000).

Estes países eram, primitivamente, nações cujas civilizações se apresentavam precárias ou quase inexistentes, regiões habitadas por povos silvícolas que viviam na idade da pedra, com exceção para os incas, astecas e maias que possuíam uma notável organização, e algumas poucas tribos ostentadoras de certa estruturação social.

Com a chegada dos europeus em torno do século XV e daí por diante, o enorme continente e suas ilhas foram sendo invadidas e ocupadas progressivamente. Seus povos foram perseguidos de tal maneira a serem reduzidos a pequenos grupos ou, ainda, submetidos a uma miscigenação, havendo em tudo isso um processo de mudanças em seus costumes (SOTERO, 2000).

Uma imperiosa e prolongada colonização se instalou gradativa e inexoravelmente de norte a sul, reduzindo todos a dominados por países da Europa, tais como Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda (MAIA, 1999).

Estas colônias tiveram suas riquezas naturais exploradas intensamente durante centenas de anos, enquanto os povos ali constituídos eram compelidos à discriminação, ficando fora dos processos normais e evolutivos da administração, educação, política, cidadania, economia e relações exteriores.

A Espanha dominou o México e grande parte da América do Sul e da América Central, carregando para a Europa quantidades enormes de metais nobres,

principalmente a prata e o ouro. Além disso, governou suas principais colônias de modo asfixiante, impedindo-as de se desenvolverem em vários sentidos.

Portugal mandou no Brasil por mais de trezentos anos, tendo mantido o país sob um jugo bastante pesado. A indústria, o comércio, a educação, o sistema de saúde tudo era impedido de se viabilizar ou sequer podia ser criado. A coroa portuguesa era quem mantinha sob seu controle a grande parte da política e das atividades econômicas aqui praticadas.

Dentro desse quadro e decorrente de suas conseqüências é que se estabeleceu uma realidade em que a pobreza, o analfabetismo, a ignorância, o atraso são elementos que têm mais influência na vida de muitos e muitos milhões de pessoas que habitam esses países.

Nos tempos contemporâneos, a pobreza que traz complicações para a América Latina é evidente. Devido a fatos históricos e fatores circunstanciais, os Estados Unidos da América, que foram colonizados pelos ingleses, mas cedo se libertaram desse domínio, acabaram por se tornar não apenas o país mais forte das Américas, como também a nação mais poderosa do mundo. Com a política que, sob alguns aspectos, assemelhava-se à do imperialismo econômico, os EUA vêm exercendo sua ascendência sobre os países mais fracos, mormente os da América Latina, segundo cada caso (MAIA, 1999).

Em tempos recentes, os norte-americanos lançaram a proposta de ser criada a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, tendo como inspiração o Mercado Comum Europeu e sua moderna visão, que tantos benefícios tem trazido para quase toda a Europa.

Ocorre, contudo, que a ALCA ainda está sendo analisada pelos latino-americanos, devido à desconfiança sobre se seria bom ou não para os países

subdesenvolvidos entrarem nesse processo igualitário com os melhores situados parceiros do norte.

É de conhecimento geral que os EUA vêm impondo barreiras alfandegárias à comercialização de certos produtos brasileiros em seus mercados, taxando elevadamente os bens que se tenta vender ao seu povo (ARAÚJO JÚNIOR, 1998).

Teme-se, por outro lado, que a América Latina, que vem operando sob os influxos de notório atraso tecnológico e científico, pouco possa apresentar de competitivo perante a high-tech norte-americana e acabe por se tornar mais fragilizada ainda.

Todavia, a ALCA está sendo implantada irreversivelmente. Portanto, é urgente, preparar-se de maneira satisfatória e estratégica, para a concorrência a fim de não perder mercado e também, para o fato de que deve-se estar aptos a enfrentar todos ou a maior parte dos problemas que certamente advirão.

E, dentro do contexto latino-americano, há certas peculiaridades a que deve-se estar atentos. Na verdade, existe pouca similaridade entre as economias dos vários países. Alguns se sobressaem entre os demais ou, pelo menos, há destaque na produção de certos bens aqui e acolá, como são os casos da Venezuela e o petróleo, da Argentina e sua agropecuária, do México e sua industrialização e do Chile e seus avanços no cultivo de frutas. E, no caso do Brasil, este se destaca sobretudo, como diz André Urani; “O Brasil não é propriamente um país pobre tendo uma renda per capita das mais altas da América do Latina”.

O poderio econômico brasileiro torna o país um líder natural em relação a todos os outros co-irmãos latino-americanos, o que significa também alguns tipos de exploração em relação aos mais fracos (URANI, 1994).

Para que a ALCA não se torne um elemento de dominação, é necessário que haja uma política de respeito mútuo, observando-se as singularidades, as tendências naturais, históricas, tradicionais e o potencial de cada país (GUIMARÃES, 1998).

“A partir da assinatura da ALCA, as empresas americanas instaladas no Brasil poderão importar insumo dos Estados Unidos com tarifa zero e reduzir as suas compras de fornecedores locais, brasileiros, ou estrangeiros, o que afetará por um lado a produção e a balança comercial brasileira e, por outro lado, colocará as empresas americanas no Brasil em melhor posição competitiva em relação às empresas européias e asiáticas, instaladas no Brasil ou que exportam para o Brasil. Tais empresas, por sua vez, reivindicarão a negociação de acordo semelhantes de eliminação de tarifas entre o MERCOSUL e a União Européia e, eventualmente, entre o MERCOSUL e o Japão e outros países asiáticos” (GUIMARÃES, 1998, p. 6).

A rigor, na América Latina, quase todos os países têm enfrentado crises econômicas, relativamente, havendo deles que estão a braços com grandes dificuldades.

Vejamos, num rápido aporte, um histórico da realidade que vem caracterizando certos aspectos desses países latino-americanos:

- Dos países de maior expressão territorial, população expressiva ou tradicionalmente dotados de importância no continente, em 1995, sobressaíram-se no PNB *per capita*, a Argentina (8.030 dólares), o Uruguai (5.170 dólares), o Chile (4.160 dólares), o Brasil (3.640 dólares), o México (3.320 dólares) e a Venezuela (3.020 dólares), colocando-se num patamar de renda média alta, se comparados aos EUA (26.980 dólares) e ao Canadá (19.380 dólares);
- Num segundo patamar (renda média baixa), figuravam Costa Rica (2.610 dólares), Peru (2.310 dólares), Colômbia (1.910 dólares), Paraguai (1.690 dólares), República Dominicana (1.460 dólares), Equador (1.320 dólares) e Guatemala (1.340 dólares);

- Economias de renda baixa eram as de Honduras (800 dólares), Guiana (590 dólares), Nicarágua (380 dólares) e Haiti (250 dólares) – (Fonte: Banco Mundial. Relatório sobre o desenvolvimento mundial – 1997.);
- O México tem-se apresentado como um país de economia bastante dinâmica; a partir das reformas econômicas realizadas no final dos anos 80, da sua inclusão no NAFTA, ao lado dos Estados Unidos da América e do Canadá, o país conseguiu sobressair-se razoavelmente no cenário econômico das Américas; todavia, graves crises financeiras, como a de 1994, um endividamento volumoso com bancos estrangeiros, e a sua reduzida estrutura industrial acabaram por impedir que o povo mexicano pudesse ver realizado o seu projeto de desenvolvimento; como os outros seus parceiros subdesenvolvidos, o México tem como base de sua economia, não a indústria, mas a agricultura, com destaque para a produção de milho e feijão;
- A Venezuela, até o início do século passado, era um país de economia essencialmente agrícola e pecuária; a partir de 1910, com o descobrimento de petróleo em seu território, ocorreu uma forte implementação da indústria petrolífera, processando-se uma grande mudança na economia nacional, que passou a depender tão-somente da exportação de petróleo; tal fato ocasionou um expressivo desequilíbrio, provocando o êxodo rural acelerado, o enfraquecimento da agricultura e a urbanização descontrolada; o petróleo continua sendo a maior riqueza da Venezuela, explorado que é na Bacia do Orenoco; nas décadas de 70 e 80, avançando para os anos 90, o país

tem procurado aplicar parte da renda obtida com a exportação do petróleo em outras indústrias e na agricultura;

- A Colômbia começou a se desenvolver industrialmente na década de 60, principalmente no setor têxtil e, mais recentemente, no agro-industrial; permanece, entretanto, como forte base para sua economia, a agricultura, destacando-se nisso as exportações de café e banana; o seu subsolo fornece bom volume de petróleo, cuja produção atende às necessidades do país, e mais o carvão, que constitui 40% das reservas de toda a América do Sul;
- O Peru tem uma vida econômica centrada na agricultura e na mineração, embora, nos últimos anos, registre-se um surto de industrialização, principalmente a indústria de pesca e derivados; entre os produtos agrícolas, destacam-se o algodão, o café, a cana-de-açúcar; na mineração, a exploração de cobre, ferro, zinco e prata;
- A Bolívia apresenta uma economia que se assenta mais na mineração, sobressaindo-se o estanho (primeiro lugar na América), o zinco, a prata e o petróleo; todavia, pelo fato de a Bolívia não ser um país marítimo, tendo que recorrer aos países vizinhos como intermediários, para o escoamento de sua produção, isto impede em muito o seu progresso;
- O Chile vem se portando bem em termos de economia, desde que foi recuperada a sua estabilidade política; sua indústria de transformação supera a de qualquer outro país andino, oferecendo produtos têxteis, químicos, farmacêuticos, alimentares e siderúrgicos;

- A Argentina, até a metade do século XX, era um país basicamente agropecuário, centrado na criação de gado e na cultura de cereais; contudo, nas últimas décadas tornou-se um dos países mais industrializados da América Latina; indústria de alimentos, têxtil, siderúrgica e petroquímica são pontos altos de seu desenvolvimento, mas a agricultura tem se mantido como o ponto forte da economia: cereais, principalmente o trigo, frutas, carne bovina e lã são os produtos mais exportados;
- O Uruguai tem como base econômica a agropecuária, nela se salientam a cultura do trigo e a criação de ovelhas e gado bovino; a indústria uruguaia refere-se ao trato com a carne, a lã e o couro; além disso, desenvolve-se fortemente a indústria do turismo;
- O Paraguai possui como principal elemento de sua economia a agricultura, com destaque para o cultivo da soja e do algodão, e a exploração de produtos florestais, incluindo-se madeira de lei e erva-mate; nos últimos anos o Paraguai vem passando por uma monumental transformação, servindo como entreposto para a comercialização dos produtos, sob preços baixos, oriundos de países orientais emergentes;
- Acrescente-se a isso a realidade econômica do Suriname, da Guiana Francesa e da Guiana: o Suriname, outrora uma colônia holandesa, só obteve a independência em 1975; sua economia é voltada para o cultivo de cana-de-açúcar, frutas tropicais e arroz; a exploração da bauxita e de alumínio alimenta o grosso das exportações; a Guiana (ex-Guiana Inglesa) desligou-se do domínio da Inglaterra em 1966 e

tem na cana-de-açúcar, no arroz e na exploração de bauxita, petróleo, ouro e diamante boas fontes de renda; a Guiana Francesa, que ainda é um Departamento de Ultramar da França, produz cana-de-açúcar e mandioca; no setor de mineração, bauxita e ouro;

- A América Central e os países do Caribe representam uma pequena fatia do complexo econômico do Continente. Nas ilhas pode-se encontrar um nível econômico bastante elevado, produzido pelo turismo, pela instalação dos chamados paraísos fiscais e bancários, onde milionários estrangeiros vão depositar grandes fortunas em bancos que não exigem certas formalidades;
- Convém salientar que as repetidas crises políticas que têm se abatido sobre diversos desses países têm contribuído, em muito, para o surgimento de graves crises econômicas. Por outro lado, o cultivo, a comercialização e o uso da coca (base da elaboração da cocaína), na Bolívia e na Colômbia, a ação de grupos guerrilheiros, como o Sendero Luminoso e vários outros fatores aparecem como dificultadores para o desenvolvimento desses países.

Antigas situações dominantes em tempos coloniais continuam a exercer sua perniciosidade, como é o caso do latifúndio improdutivo. Inúmeras seqüelas deixadas pela administração colonial causam certos embaraços ao progresso, tal como o desleixo pela educação, a ênfase de um ensino que não valoriza a Técnica e a Ciência, limitam o desenvolvimento, desvirtuam os bons propósitos de governantes bem intencionados.

Por outro lado, estes países não praticam uma integração entre eles, não trocam experiências entre si, não se ajudam mutuamente. Caso especiais (poucos e

localizados) como o do Mercosul são raros, apesar de demonstrarem um bom conteúdo de eficácia (SCARBELLI & DARÔS, 1996).

#### 4. A ALCA: ORIGENS, PROPOSTAS E SIGNIFICADOS

Os EUA tornaram-se, incontestavelmente, na segunda metade do século passado, a nação mais rica e poderosa do mundo. Tal posição circunstancia significados de grande peso, haja vista que os americanos, ao atingirem este patamar, superaram, em muito, as tradicionais potências européias, tais como a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Itália (BAUMANN, 1996).

As considerações apontadas acima, vão adquirir uma conotação especial quando se levanta um estudo comparativo entre os países norte-americanos e os países da América Latina e do Caribe, dada a enorme defasagem que existe entre os índices de desenvolvimento alcançados pelos ianques e a pobreza crônica dos povos do resto do Continente, com exceção do Canadá (VIANA , 1999, URANI, 1994).

Todavia, têm ocorrido ocasiões em que os EUA assumiram atitudes que são apregoadas, por seus governantes, como verdadeiros instrumentos propiciadores da salvação, do resgate, do soerguimento, do desenvolvimento relativo dos países pobres. Assim aconteceu na década de 60 (séc. XX) com o milionário plano da Aliança para o Progresso, de controvertida aplicação; de sua intervenção no México, na Argentina, no Peru, Chile e Colômbia, quando das crises econômicas desses países latino-americanos; ou mais longinquamente no tempo, com o Plano Marshall de salvamento do Japão, que fora arrasado pela 2ª Guerra Mundial. Em dias mais recentes – fora das Américas – o governo estadunidense interferiu na Europa para ajudar os povos da Croácia, da Sérvia e da Iugoslávia e, agora, está tentando refazer o lócus econômico e físico do Iraque, que, paradoxalmente, recebe a ajuda de um país com que teve um grave conflito armado.

Contudo, longe da possibilidade de que estes cometimentos sejam fruto de incoerências, equívocos, ignorância, ilogicidades ou desacertos internos do governo, eles são, na verdade, programados, calculados, direcionados para assegurar o status quo político e econômico dos EUA (BAUMANN, 1996).

Apointa-se, dentro desse contexto, o surgimento de uma nova proposta econômica para os países americanos, ao longo dos anos noventa do século recém-findo, a qual intenta promover uma integração entre aquelas nações. Trata-se da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas (CHALOULT, 1999).

As origens da ALCA remontam ao ano de 1990, quando o presidente dos EUA, George Bush, lançou a Iniciativa para as Américas, plano que visava unificar as relações dos norte-americanos com os demais países do Continente. Os pontos mais importantes da Iniciativa eram os que priorizavam a questão dos investimentos, da dívida externa e do comércio. Foi nesse contexto que foi formulada a idéia de se constituir uma área de livre comércio que abrangesse todo o Continente Americano (CHALOULT, 1999).

A idéia foi retomada pelo sucessor de Bush, o presidente Bill Clinton, que promoveu uma reunião de chefes-de-estado e de governo em Miami. Desse modo, ocorreu, em 10 de dezembro de 1994, naquela cidade, a Reunião de Cúpula das Américas, com a participação de 34 países, que decidiram dar início à criação da ALCA. Dali saiu uma Declaração de Princípios e um Plano de Ações (MAIA, 1999).

Na Declaração de Princípios ficou estabelecido que aqueles países se propunham a construir um pacto pela preservação e fortalecimento da democracia, promoção da prosperidade, erradicação da pobreza e da discriminação, desenvolvimento sustentável e conservação do meio ambiente.

Afim de que as diretrizes estabelecidas na Declaração de Princípios fossem cumpridas, os países da Reunião de Cúpula de Miami elaboraram um Plano de Ação para cada um dos pontos ali contidos, bem como traçaram os rumos ou definiram quais seriam os passos a serem dados para a formação da ALCA.

Em 30 de junho de 1995, realizou-se a primeira Reunião dos Ministros de Comércio em Denver, que criou 7 grupos de trabalho, a saber: Acesso a Mercados; Procedimentos Aduaneiros e Regras de Origem; Investimentos; Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio; Medidas Sanitárias; Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios; e Economias Menores (MAIA, 1999).

Na II Reunião dos Ministros de Comércio do Hemisfério, realizada em Cartágena foi reafirmado o compromisso com o avanço das negociações até o final do século e foram criados mais quatro novos grupos de trabalho: Compras Governamentais, Direitos de Propriedade Intelectual, Serviços e Política de Concorrência.

Em maio de 1997, realizou-se mais uma Reunião Ministerial, dessa vez, em Belo Horizonte, Brasil. Foram avaliados os resultados do programa de trabalho estabelecido nas reuniões anteriores. Ficou deliberado que as negociações da ALCA iriam ser efetivadas a partir da Reunião de Santiago, em março de 1998, e que, na reunião de São José da Costa Rica, iriam se estabelecer os objetivos, enfoques, estruturas e localizações das negociações. Foram reafirmados os princípios negociadores como empreendimento único, a decisão por consenso, a coexistência com outros acordos regionais, a compatibilidade com os dispositivos da OMC e a possibilidade de os países negociarem isoladamente ou como bloco de que fazem parte. Foi ainda criado o Grupo de Trabalho sobre Solução de Controvérsias.

A 4ª Reunião ocorreu em São José da Costa Rica, em março de 1998, que encerrou a fase preparatória, iniciando, efetivamente, as negociações. Ali, os Ministros de Comércio recomendaram aos Chefes-de-Estado que iniciassem as negociações a partir da II Reunião de Cúpula das Américas, a ser realizada em Santiago do Chile. A Reunião aconteceu em abril de 1998.

O documento que, dali, emanou, trouxe no seu Plano de Ação quatro itens: o primeiro refere-se à Educação, como ponto essencial para o progresso; o segundo trata da preservação e fortalecimento da democracia, da injustiça e dos direitos humanos; o terceiro refere-se à integração econômica, e o quarto trata da erradicação da pobreza.

Ainda em julho de 1998, realizou-se na Argentina a primeira reunião do Comitê de Negociações Comerciais. Desta reunião, tirou-se um programa de trabalho específico para o grupo de negociação (MAIA, 1999).

Após este período, realizaram-se as seguintes reuniões:

- Segunda reunião, em Paramaribo, Suriname, em 2 e 3 de dezembro de 1998;
- Segunda reunião (continuação), em Miami, Flórida, Estados Unidos da América, em 27 e 28 de abril de 1999;
- Terceira reunião, em Cochabamba, Bolívia, em 28 e 30 de julho de 1999;
- Terceira reunião (continuação), em Miami, Flórida, Estados Unidos da América, em 14 e 15 de outubro de 1999;
- Quarta reunião, em Toronto, Canadá, em 1 e 2 de novembro de 1999.

SCALETTA (2003, p. 2) esclarece ainda mais acerca dos significados e objetivos da ALCA, quando diz que

Como o seu nome indica, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) significa estabelecer em todo o continente americano uma área de livre comércio com características similares a já existente entre Estados Unidos, Canadá e México (NAFTA – North American Free Trade Agreement). Seu objetivo é garantir, entre os países que a integram, a livre circulação de mercadorias – mantendo, face a terceiros países, a plenitude de seus direitos alfandegários – e a livre circulação de capitais.

A ALCA e seus participantes, que somam 34 países, formam assim uma conjuntura econômica de expressão mundial. Os países do Continente Americano juntos alcançam quase 11 trilhões de dólares de Produto Interno Bruto (PIB) e reúnem mais de 800 milhões de habitantes. Comparando-se com a União Européia – que demorou mais de 30 anos para se viabilizar e congrega a metade da população, a União Européia conta com apenas 2 trilhões de dólares a menos do que ostentam os países americanos (SCALETTA, 2003).

A ALCA é um projeto que envolve as 34 democracias, ou seja, quase todos os países do Continente, exceptuando-se Cuba, prevê a livre circulação de bens e serviços entre os países, o que deverá resultar na prática de um comércio mais fácil e com vantagens para ambas as partes, adotando-se, em muitos casos, uma tarifa zero. Presume-se que, depois de decorrido o tempo necessário para a sua implementação, ela consolidará inúmeras vantagens para os países integrantes da mesma (VIZENTINI, 1999).

Alguns dados são altamente estimuladores e apontam para a viabilização de um irreversível sucesso da ALCA:

- nas Américas encontra-se um mercado de mais de 800 milhões de habitantes;
- o PIB dos países americanos atinge os 38% do PIB mundial;
- existe uma movimentação comercial de 2,5 trilhões de dólares (30% do comércio global) por ano;
- cerca de 90% dos países envolvidos falam a mesma língua;

- três dos países possuem uma grande extensão territorial e grande riqueza de recursos naturais, sendo que dois deles são países desenvolvidos e o terceiro tem amplas possibilidades de desenvolvimento.

Basicamente, a ALCA já se encontra, nos dias atuais, estruturada, instalada, configurada como uma proposta definida e consolidada. O extenso calendário de reuniões executadas preparou exaustivamente as instâncias burocráticas, políticas de envolvimento com o social de cada país, criando a plena exeqüibilidade do projeto (BARLOW, [2003?]).

Os pontos primordiais constantes da Declaração constituem-se, enfaticamente, nos seguintes Princípios e Objetivos:

- I. Integração econômica do hemisfério;
- II. Promoção da integração dos mercados de capitais;
- III. Concordância com a Organização Mundial do Comércio – OMC;
- IV. Eliminação de obstáculos e barreiras não aduaneiras ao comércio;
- V. Eliminação de subsídios de exportação de produtos agrícolas;
- VI. Eliminação de obstáculo ao investimento estrangeiro;
- VII. Uma estrutura legal para proteger investidores e seus investimentos;
- VIII. Melhores medidas para contratos públicos; e
- IX. Novas negociações na inclusão de serviços.

Observa-se na declaração acima que a ALCA não se propõe apenas a aumentar o fluxo do comércio entre os países do Continente Americano, mas promover uma integração econômica assegurada por medidas de caráter técnico,

objetivas e que vão sanar antigos e enraizados problemas que entravam a economia de cada país.

Propostas como a da integração dos mercados de capitais, de eliminação de obstáculos aduaneiros, de erradicação de subsídios de exportação de produtos agrícolas, franca abertura para o investimento estrangeiro, e a proteção legal a investidores e seus investimentos poderão, de fato, produzir a integração econômica entre todos os consorciados (BARLOW, [2003?]).

## 5. A ALCA E A ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil é um país de grande potencialidade de crescimento econômico e de promissoras perspectivas de bem-estar social. Ainda que vários de seus governantes não tenham conseguido efetivar um somatório de medidas que realmente promovessem um significativo progresso nas principais instâncias econômicas nacionais, o país conseguiu alcançar bons níveis de desenvolvimento em diversos setores, nas últimas décadas. Regiões como o Sudeste e o Sul lograram construir admiráveis espaços industriais, desenvolvendo ou aplicando tecnologia de ponta, produzindo bens de consumo e serviços de alto nível. Contudo, regiões como o Nordeste, o Norte e expressivas faixas do Centro-Oeste apresentam-se como domínios da pobreza, e pode se encontrar, em todo o território nacional, inúmeros bolsões de miséria (URANI, 1994; AVERBUG, 1999).

A pobreza, no Brasil, é um fenômeno intimamente ligado ao crescimento econômico e à desigualdade de renda.

(...)

O Brasil não é propriamente um país pobre, tendo uma renda *per capita* das mais altas da América Latina. Não obstante, a proporção de pobres e a distância da linha de pobreza são muito mais elevadas, porque temos uma desigualdade de renda descomunal, mesmo para os padrões latino-americanos (URANI, 1994, p. 45).

Tendo estado na dependência de uma inflação galopante e que crescia, gradativamente, o Brasil viu-se sufocado pela instabilidade econômica, e, também com pesados entraves ao seu crescimento por várias décadas.

Durante o longo período do governo militar, o país esteve atrelado a uma política econômica que valorizava mais a boa performance do Estado, na intenção de que os bons resultados obtidos fossem distribuídos efetivamente para o usufruto do povo brasileiro (URANI, 1994; MACEDO, 1996).

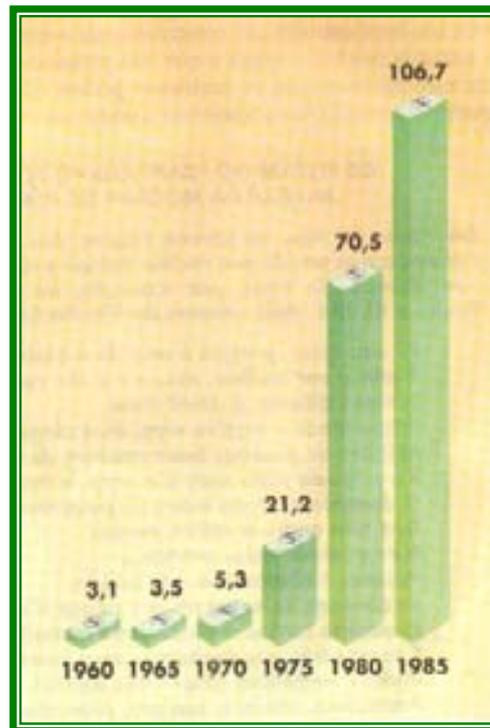
Naqueles primeiros dez anos de Ditadura Militar, ocorreu o que os estudiosos chamam de Milagre Econômico Brasileiro. Entre 1968 e 1973, a produção industrial e agrícola cresceu, as exportações aumentaram, a inflação anual diminuiu, o PIB foi lá pra cima. Enquanto isso, os salários pagos aos operários foram achatados. Com uma violenta concentração de renda, os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres. Na cabeça dos governantes, o crescimento econômico era um bolo. Primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo (MACEDO, 1996, p. 49).

Entretanto, no início de 1974, as coisas começaram a mudar de modo crucial, com a grande crise mundial, provocada pelo aumento considerável do preço do petróleo. Com isso, os países estrangeiros diminuíram, em muito, seus investimentos no Brasil. O país começou, então, a ser envolvido por uma grave crise econômica: a produção passou a cair, a inflação voltou a crescer, as exportações diminuíram assustadoramente, o que veio convergir para uma situação insustentável, em que as dívidas com credores externos passaram a se acumular imensamente. A temida dívida externa apresentou suas prolixidades e todo o seu poder de desestruturação.

A história da dívida externa brasileira não é, porém, recente, ou seja, não tem o seu aparecimento nesta época a que se referiu acima. Ela teve o seu surgimento já ao tempo da Independência. Naqueles tempos, os governantes pediam empréstimos aos ingleses, e no final do século, os pedidos de empréstimo foram expandidos para diversos bancos e governos europeus e, também, junto aos EUA (MACEDO, 1996).

Depois da II Guerra Mundial, com a criação do F. M. I., vários empréstimos foram contraídos pelos dirigentes brasileiros. Entretanto, quanto mais a industrialização foi crescendo, mais a dívida foi aumentando, de modo que, com o tempo, não havia como pagar cada empréstimo. Então, a dívida foi sendo acumulada, e o problema passou a ser: como pagar os juros da dívida (op. cit., p. 63).

**GRÁFICO 01** – Abaixo ilustra claramente a respeito do montante dos empréstimos contraídos, ao longo de 15 anos, pelo governo brasileiro, em bilhões de dólares.



Fonte: Emir Sader – A transição no Brasil – SP.

As dívidas com os banqueiros internacionais avolumaram-se de tal maneira que chegaram a ameaçar a segurança nacional, a abalar a autonomia do Brasil como país livre, independente. Boatos de moratória por parte do Brasil e de tomada da Amazônia pelos bancos ou credores estrangeiros, a ameaça de um novo golpe militar e outros possíveis cometimentos radicais ou inusitados chegaram a ocupar vastos espaços nos meios de comunicação de massa ou no decorrer de muitas discussões políticas e acadêmicas. Ilustrando estas afirmações, veja-se, por exemplo, que

O Brasil pagou – no período de 1983 a 1992 – US\$ 130,1 bilhões aos bancos credores a título de juros e serviços da dívida externa. Do total de US\$ 130,1 bilhões, US\$ 84,2 bilhões referem-se aos juros e US\$ 45,9 bilhões a amortizações. Em contrapartida, o país contratou, nesses 10 anos, apenas US\$ 17,1 bilhões de organismos multilaterais de financiamento, com o banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsáveis por mais de 80% dos créditos concedidos ao Brasil (Jornal da Tarde, 1993, p. 9).

Mas mesmo assim, a corrida contínua do governo brasileiro aos empréstimos junto a entidades financeiras estrangeiras causou inúmeros problemas à economia do país, e isto é um fato consensualmente admitido pelos que estudam o assunto.

Todavia, o Brasil conseguiu sobreviver às duras imposições dos credores, criou alternativas de consumo ou saídas muito inteligentes para minimizar certas necessidades (como foi o caso do Pró-Álcool), desenvolveu tecnologias eficazes para a agricultura, a pecuária, a exploração de petróleo etc.

Isto tudo permitiu que o país alcançasse um plano de certa proeminência entre seus co-partícipes latino-americanos. O Brasil é o país – potencial e presentemente – mais bem estruturado da América Latina.

A inserção do Brasil no universo da ALCA tem alguns aspectos altamente diferenciados, o que coloca este país em situação de destaque em relação aos demais países latino-americanos. Abaixo elencam-se alguns desses aspectos:

- é o país de maior envergadura econômica no Continente, ficando atrás apenas dos EUA e Canadá;
- o PIB do Brasil é um dos maiores da América Latina;
- o potencial brasileiro dos recursos naturais é imenso, superando os dos outros países, tanto quantitativa quanto qualitativamente;
- o país goza de uma estabilidade política que está consolidada há décadas;
- o Brasil exerce um domínio do tipo metropolização sobre vários países circunvizinhos e exerce influência sobre os outros da América Latina;
- o país já possui um parque industrial invejável, que exporta os mais variados produtos para diversos países;

- o país possui mão-de-obra disponível de boa qualificação profissional;
- o país goza de estabilidade social sem grandes conflitos ou mesmo qualquer manifestação de intolerância religiosa, classista, política, étnica, de vulto.

Todavia, esses aspectos hegemônicos perdem um tanto de significado quando são confrontados com os números que exprimem os patamares de pobreza, fome, desemprego, deficiências reinantes nos universos da educação, da saúde, do saneamento básico, da urbanização (RIOS, 2001).

O desempenho econômico brasileiro apresenta-se, por conseguinte, de modo biforme ou de dupla face: por um lado, consegue salientar-se positivamente no plano internacional, colocando o país entre as 10 primeiras economias mundiais; e, numa outra face, ele ainda se vê às voltas com a presença de muito atraso, indigência e, mesmo miséria.

Os números que indicam crescimento em certos setores da atividade produtiva confrontam-se com os que demonstram o quantitativo da mortalidade infantil, abandono de menores, desemprego, mendicância, favelização, prostituição, subnutrição, delinqüência juvenil, analfabetismo, evasão e repetência escolar, entre outros.

A participação do Brasil na ALCA tem sido discutida em, praticamente, todos os âmbitos de atividades do povo brasileiro, com ênfase para os meios econômico e político (RIOS, 2001).

Há, de modo a se identificar nitidamente, três correntes de opinião a esse respeito: pessoas que se manifestam totalmente a favor de que o Brasil seja um membro participante da ALCA, há os que gostariam de que o país fizesse participação dessa instituição, mas só se pudesse manter-se em plena autonomia,

tivesse garantias absolutas de lucros ou pudessem exercer o comando de certas áreas, e há uma terceira corrente que faz total objeção à entrada do Brasil em tal entidade.

### **5.1. Vantagens para o Brasil em participar da ALCA**

A criação do Mercosul, órgão dinamizador do comércio entre países do cone sul do Continente Americano, onde se inclui o Brasil, trouxe alentadas esperanças para os povos dos países que se associaram. Todavia, o Mercosul vem sendo criticado casualmente por economistas, observadores políticos e sociólogos, que afirmam ter havido um certo insucesso no total dos resultados proporcionados pelo Mercosul.

A reduzida quantidade dos países participantes (Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, com a parceria do Chile), a fragilidade econômica de dois dos países, a falta do fator industrialização, entre outros, são elementos que vêm impedindo o pleno sucesso do Mercosul (CHALOULT & ALMEIDA, 1999).

A ALCA está sendo vista como um instrumento de aquecimento da economia dos países do hemisfério, sendo que o Brasil é a nação que é contemplada pelo maior e melhor conjunto de possibilidades para dar o grande salto rumo ao desenvolvimento. Ela é um caminho natural de negociações para o Brasil. A questão que se coloca como de maior importância é como se poderá negociar o melhor acordo, fazer valer o peso relevante da economia brasileira. Concessões, reconhecimentos, oportunidades de novos e grandes negócios só poderão acontecer se o nosso país estiver respaldado pela ALCA (HARRINGTON, 2000).

Acredito que o Brasil será um vencedor na ALCA a qualquer tempo. Isso porque o País já mostrou uma determinação impressionante ao levar a cabo as reformas democráticas e fiscal, que são muito difíceis de serem concretizadas para qualquer país do mundo (HARRINGTON, 2000, p. 2).

O governo brasileiro tem se posicionado, desde o princípio, quanto a sua participação na ALCA, no sentido de que seja alcançado, nas negociações, um equilíbrio de ganhos e concessões entre os 34 países.

Os princípios fundamentais que foram adotados na Reunião Ministerial de Belo Horizonte, em maio de 1997, estabeleceram o seguinte:

- processo decisório por consenso;
- Single undertaking ou indissociabilidade do pacote negociador;
- Coexistência da ALCA com acordos bilaterais e sub-regionais de integração e de livre comércio mais amplos e profundos;
- Compatibilidade da ALCA com os acordos da OMC.

Segundo Sérgio Haberfeld (Presidente do Conselho da CEMCHAM), tem havido uma prática de cunho eminentemente democrático, participativo e consensual em todas as reuniões realizadas pelos propositores da ALCA. Ele afirma que,

As negociações da ALCA são conduzidas por uma estrutura definida pelos seus membros e, a cada 18 meses, ou ao término de uma Reunião Ministerial, a presidência e a vice-presidência do processo são mudados, objetivando assegurar ampla representação geográfica dos países participantes (HABERFELD, 2003).

E, ainda, de acordo com o subgerente do Departamento e Integração e Programas Regionais do BID, Robert Devlin, 50% do comércio mundial passam por integrações regionais. Ele frisou que esses acordos são importantes para reforçar reformas estruturais, alavancar exportações (com ampliação de mercado) e atrair investimentos e que

Entre os países da América Latina, o Brasil seria um dos principais ganhadores com a ALCA, prevista para entrar em vigor em 2005. Isso dependerá, porém, da negociação dos subsídios principalmente pelos EUA a seus produtores. Mas, mesmo que não se chegue a um acordo neste tema, o Brasil ainda sairia ganhando pois é um grande exportador de produtos industrializados (DEVLIN, 2003).

O Brasil teria, por conseguinte, ganhos de alto valor, com sua participação na ALCA, pois reúne um vasto elenco de condições para usufruir os possíveis benefícios dali emanados.

O Brasil implementaria substancialmente os seguintes itens de sua economia:

- produção agrícola, incluindo grãos, cereais; frutas, doces, licores etc.;
- produtos de atividades pesqueiras ou de criadores industriais e seus derivados;
- carne de origens bovina e caprina;
- leite, ovos e derivados;
- madeira de lei, móveis e artefatos de madeira;
- máquinas, ferramentas ou utensílios;
- carros populares, tratores e peças;
- artesanato, roupas, calçados, perfumes;
- aviões de pequeno porte, barcos e lanchas, entre outros.

São pontos altamente positivos: a grande diversificação de produtos a cargo das variadas possibilidades oriundas do seu imenso território, as distintas regiões, diversos climas, presença de fatores geográficos de forte influência na produção de bens de consumo.

O livre comércio com os outros países do Continente Americano, e também com os outros blocos econômicos, facilitaria ao Brasil a venda de produtos típicos ou de qualidade aprimorada por nossa tecnologia, e proporcionaria, aos

brasileiros, um bom número de opções para a aquisição de produtos bons e a preços acessíveis (MAIA, 1999).

Veja-se a tabela evolutiva do saldo do balanço comercial dos grupos econômicos mundiais e qual tem sido o desempenho do Brasil.

**TABELA 01** – Evolução do Brasil nos saldos do balanço comercial, por blocos econômicos, 1980-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB.

Anos	ALCA*	NAFTA	MERCOSUL	Países Asiáticos	União Européia	Oriente Médio	Outros Países	Brasil
1980	-1.256.384	-1.860.802	669.276	272.594	1.211.521	-7.171.794	2.115.914	-4.828.149
1981	960.589	-256.645	660.353	67.998	2.980.280	-6.385.224	1.590.378	-785.979
1982	78.896	104.079	184.907	846.989	3.054.810	-6.027.923	1.153.228	-894.000
1983	2.012.492	1.571.516	424.482	1.446.934	4.324.076	-4.493.258	1.807.756	5.098.000
1984	5.691.999	4.584.699	584.544	1.972.020	5.186.081	-3.105.852	2.050.751	11.795.000
1985	4.745.076	3.827.700	246.072	1.940.401	5.037.998	-1.906.542	1.490.244	11.307.176
1986	3.295.161	2.587.722	-145.996	1.372.296	2.494.479	-1.192.768	822.196	6.791.364
1987	5.106.099	3.773.975	409.240	1.863.105	3.252.156	-2.199.008	1.621.975	9.644.327
1988	7.469.660	5.717.892	340.881	3.543.731	5.917.142	-1.735.456	1.501.172	16.696.249
1989	5.896.539	5.289.834	-511.395	3.955.370	6.920.272	-1.401.021	1.926.551	17.297.710
1990	3.086.495	3.515.405	-1.016.092	3.446.304	5.424.649	-2.877.476	1.251.675	10.331.647
1991	2.553.711	1.750.604	15.324	3.713.756	4.933.591	-1.465.406	492.017	10.227.670
1992	6.449.701	2.978.725	1.827.019	3.346.859	5.779.193	-1.579.704	877.465	14.873.514
1993	7.118.193	3.077.827	1.925.107	2.338.869	4.087.247	-1.053.641	210.888	12.701.556
1994	5.295.967	2.333.546	1.223.475	1.937.636	2.992.954	-1.071.443	467.163	9.622.277
1995	-2.473.125	-2.994.534	-797.461	-200.586	-1.138.874	-779.558	315.580	-4.276.563
1996	-4.037.798	-3.835.286	-1.113.235	48.162	-1.611.939	-883.051	119.537	-6.365.089
1997	-5.397.844	-6.227.405	-893.158	-1.693.036	-2.052.213	-547.081	271.711	-9.418.463
1998	-3.447.450	-4.691.725	-692.495	-2.344.823	-2.315.976	340.491	389.473	-7.378.285
1999	-244.126	-1.271.961	-62.236	-840.187	-1.487.807	389.296	136.151	-2.046.673
2000	735.987	218.597	-312.013	-2.476.608	238.174	-265.249	-768.256	-2.535.953
2001	2.901.715	1.500.328	-874.261	-2.223.570	-489.521	495.546	-132.836	551.334

FONTE: MDIC/SECEX/DECEX; SUDENE/DPO/Contas Regionais (período 1980 a 1989) MDIC/SECEX (1990 a 2001).

Obs: \*Inclui NAFTA e MERCOSUL.

## 5.2. Objeções à Participação do Brasil na ALCA

As críticas à ALCA, aos EUA e à participação do Brasil nesta entidade se constituem, também, num razoável conjunto de elementos, tal é o peso da discussão suscitada pela questão.

Elencamos, abaixo, as principais ponderações que alertam sobre a ALCA e/ou a possível entrada do Brasil nesse órgão internacional:

- A ALCA visa desregularmentar as economias latino-americanas e a fragilizar o papel dos estados nacionais, pois,

“trata-se de um projeto estratégico dos Estados Unidos de consolidação de sua dominação sobre a América Latina, por meio da criação de um espaço privilegiado de ampliação de suas fronteiras econômicas” (Aloízio Mercadante, Deputado Federal/PT, p.1).

“O livre comércio para o cidadão, como consumidor, pode ser a possibilidade de comprar importados mais baratos e, por vezes de melhor qualidade. Mas o consumidor, agora na condição de trabalhador, poderá perder o seu emprego. Os produtos importados mais baratos acarretam dificuldades para a fábrica ou empresa onde trabalha” (Samuel Pinheiro, Embaixador, p. 5).

Estudos revelam que é impossível existir comércio justo entre países com diferenças tão gritantes. Os EUA sozinhos, como potência hegemônica mundial, controlam quase 80% do PIB do Continente. Brasil e Canadá detêm, cada um, 5%, México e Argentina aparecem logo depois com 3%. A partir daí, os demais países da região respondem individualmente com 1% ou menos do PIB. Diante dessa assimetria, é lógico que se entenda que os EUA poderiam levar vantagens sobre as economias latino-americanas, o que ocasionaria a falência de muitas empresas e grande desemprego (VIANA, 1999);

O comércio pode se desvincular de uma estratégia de desenvolvimento. Qualquer iniciativa de integração comercial deve contemplar ações políticas comuns a favor de um desenvolvimento equitativo que promova os direitos sociais, o respeito ao meio-ambiente, a garantia à soberania nacional e o fortalecimento da democracia (GUIMARÃES, 1998).

A ALCA, tal como está sendo proposta, representa uma regressão do tipo colonial que gerará uma profunda instabilidade econômica, social e política na região (GUIMARÃES, 1998, MELLO, 2000/2001).

Apesar dos protestos do governo, que afirma ter negociado novas normas para o comércio e investimento com a colaboração total dos seus cidadãos, a

proposta da ALCA nada reflete sobre as sugestões expressadas pela sociedade civil e ecologistas, grupos de defesa dos direitos humanos e da justiça social, agricultores, povos indígenas, artistas, trabalhadores e outros (BARLOW, [2003?]).

A principal consequência da ALCA (feita por tratado nacional com a participação da maior potência do mundo) será a imitação da capacidade soberana do Estado brasileiro de articular, estimular, promover, através de políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego, o desenvolvimento econômico. Entende-se, aí, a acumulação de capital, a diversificação e integração do parque produtivo, o aumento da produtividade e o emprego de mão-de-obra, além da redução gradual das disparidades internas e com relação aos países estrangeiros; o problema central do comércio com os EUA não são as tarifas, e sim as barreiras não-tarifárias incluindo a legislação antidumping e a complexa rede de subsídios não explícitos que constituem a espinha dorsal do seu sistema de proteção comercial (GUIMARÃES, 1998).

A opção brasileira não pode ser, nessas condições, uma aceitação passiva desse acordo e a busca do mal menor, partindo da suposição de que ou o Brasil adere ou se isolamos. Este é um falso dilema. O Brasil tem recursos, tamanho de mercado e uma estrutura industrial diversificada. A consolidação da ALCA, na verdade, depende da adesão brasileira, mas o Brasil não depende exclusivamente da ALCA para desenvolver seu comércio externo (MATTOS, 1999).

- O caminho do Brasil é outro: é, dentro de uma visão estratégica do desenvolvimento, construir uma política ativa de negociação e aproximação com outros países e blocos econômicos, dentro e fora da América Latina;

- “Temos de fortalecer o MERCOSUL e ampliar sua abrangência para aproximá-lo do ideal de integração latino-americano. A recente decisão da Venezuela de incorporar-se a esse projeto é um passo positivo nessa direção” (Aloízio Mercadante, Deputado Federal/PT, p. 2);
- “A ALCA colocaria em confronto direto, ainda que gradualmente, as megaempresas multinacionais americanas e as empresas brasileiras. Mesmo que algumas destas empresas conseguissem sobreviver à competição e até aumentar as suas exportações, no conjunto, as megaempresas levariam vantagem” (Samuel Pinheiro, Embaixador, p. 17).

Poder-se-ia levantar mais um bom número de objeções à implantação da ALCA e à participação do Brasil nesse projeto. Elas estão presentes, em grande número, nos jornais e revistas especializadas, em órgãos de imprensa comuns, em livros de inúmeras concepções, em discursos, conferências ou palestras, na internet, em panfletos, estudos alentados ou superficiais. Apresentaram-se, todavia, algumas das ponderações que podem, muito bem, representar o vasto universo de críticas e sugestões endereçadas à ALCA.

## 6. ALGUNS ASPECTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

O Brasil atravessou diversas crises econômicas no século passado (XX), as quais causaram percalços ao povo brasileiro e criaram ou deram maior expressão ao atraso, à estagnação.

Medidas errôneas, planos econômicos mal formulados, deram ensejo à proliferação da corrupção, do esbanjamento e desvio de verbas; promoveram o enriquecimento de grupos que detinham, nas mãos, algum poder; produziram condições para que a fome, o desemprego, a miséria crescessem no País.

O controvertido desempenho do governo da ditadura militar, que deixou o país a braços com uma dívida externa relevante; os problemas do Governo Sarney, com os seus inconsistentes Planos Cruzados; a mistificação do Governo Collor, os planos Bresser, Verão e assemelhados; a contínua recorrência ao FMI para obtenção de empréstimos astronômicos, tudo isso trouxe ao Brasil uma situação de desequilíbrio econômico, acarretando sua população com uma pesada carga de preocupação (FARIA, 2000).

Observa-se, ao longo da história do país, uma queda do equilíbrio econômico, da segurança, da fé nas instituições oficiais. A moeda brasileira sofreu, no decorrer de um pouco mais de meio século uma queda vertiginosa de valor, trocando de nome, aspecto físico e poder de compra por diversas vezes (Veja-se o Quadro 01 a seguir).

**QUADRO 01 – Desvalorização da Moeda no Século XX.**

<b>MIL REIS</b>	
1929/1931	Desvalorização de 68,6%
<b>CRUZEIRO</b>	
1942	Criação do CRUZEIRO
1951	17,1% de aumento da moeda circulante
1967	Corte de três zeros
1968/1973	Minidesvalorizações
1979	Desvalorização de 30%
1983	Maxidesvalorização de 30%
<b>CRUZADO</b>	
1986	Corte de três zeros e surge o Cruzado
1989	Corte de três zeros e surge o Cruzado novo
<b>CRUZEIRO</b>	
1990	Corte de três zeros e ressurgem o Cruzado
1993	Corte de três zeros e surge o Cruzeiro

Fonte: São Paulo: *110 anos de industrialização*. São Paulo, Governo do Estado, 1991

Com a subida à presidência da República do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e com o aproveitamento e aperfeiçoamento do Plano Real, que emanara do governo anterior, de Itamar Franco, o país tomou um novo rumo, cujas novas características deram outra conformação à economia brasileira. Aconteceram, entre outros casos relevantes, os seguintes fatos:

- Criação da nova moeda, o real;
- Tomada de medidas para redução da inflação a zero;
- Equiparação da nova moeda ao dólar norte-americano;
- Estabilização da economia nacional;
- Grande poder do comércio brasileiro, com a valorização do dinheiro nacional em todo o mundo;

- Projeção do Brasil perante as diversas nações do globo.

Estes fatos ocorreram de maneira candente e modificaram todo o panorama da vida nacional, todavia, seu significado, repercussão e veracidade sofreram (ou ainda sofrem) problemas de comprovação, são objetos de dúvida, confrontação, descrédito, críticas fundamentadas, tais como:

- A inflação, que alcançava níveis diários, mensais e anuais elevados, foi eliminada por gestões de gabinetes, sem que houvesse ação alguma que eliminasse sua presença de fato na realidade social;
- A pobreza secular do Brasil, a sua continuada carência de recursos econômicos (haja vista a necessidade e a prática de contínuos empréstimos junto ao FMI, órgão que tem uma forte inter-relação com os EUA) não permitiria que a nossa moeda se equiparasse à poderosa moeda norte-americana;
- O povo brasileiro continuou a viver em condições precárias, todas as mazelas sociais permaneceram de pé, o próprio crescimento do país teve irrisórios avanços;
- As exportações acabaram voltando a patamares bem próximos ao das épocas anteriores;
- O país manteve-se com os mesmos índices de pobreza, violência urbana, dificuldades com a folha de pagamento, inadimplência etc...

A produção brasileira teve pontos altos em alguns setores, como na produção de grãos ou cereais, mas mesmo assim a fome é um problema de difícil resolução e que ainda afeta grande parte da população (FARIA, 2000).

Após governar por dois mandatos consecutivos, o presidente Fernando Henrique Cardoso teve que ceder lugar a Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que combatera (como fizera em relação aos últimos presidentes), criticara fortemente a postura de partidos e políticos da direita e apresentara programas ou propostas de mudanças radicais para a política econômica do país.

Lula recebeu de FHC um Brasil com graves problemas sociais, um endividamento externo formidável e procurou, logo após sua posse, meios de como reverter esta realidade.

Herdando um acervo enorme de reformas a serem realizadas, um ônus vultoso de dívidas internas, o antigo presidente do Sindicato Metalúrgico do Grande ABC paulista acabou por descobrir que o Brasil estava à beira de um precipício, tendo modificado substancialmente o seu discurso e a sua prática.

A entrada do Brasil na ALCA, ou seja, a sua adesão à Área de Livre Comércio das Américas tem sido debatida, contestada, mas também tem recebido apoio, franca aprovação por expressivo contingente da população brasileira (SCALETТА, 2003).

O Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que criticara a inserção do país na ALCA, agora, após revisar sua postura, admite que o Brasil pode aderir àquela entidade e que, caso se fique de fora, arcar-se-á com sérios prejuízos no decorrer dos anos vindouros (SCALETТА, 2003).

Com o dólar próximo à casa dos três reais, a situação econômica do Brasil ainda não é satisfatória e tampouco agradável, mas já representa algo de bom, já que este valor alcançado é resultado de uma queda pronunciada da moeda norte-americana em relação ao real.

A ALCA apresenta-se, nos tempos contemporâneos, como um fato que tem de ser entendido, apreciado, analisado sob a seguinte óptica (ARAÚJO JÚNIOR, 1998):

- É uma ocorrência que não pode mais ser ignorada, deixada de lado, pois já está plenamente discutida, planejada, estruturada, segundo critérios acordados entre os diversos países, caracterizando-se, já, como um organismo que goza de irreversibilidade;
- A experiência brasileira com o Mercosul credencia o país a ter um assento de destaque na mesa de discussão e confere-lhe capacitação para se sair bem junto aos seus parceiros;
- A ALCA deverá incentivar os empresários para que estes organizem competentemente suas empresas, otimizem a qualidade de seus produtos, preparem-se para dar o grande **salto** de vendas e aceitação do que produzem;
- A ALCA é um dos caminhos mais viáveis para que o Brasil possa alcançar um mercado imenso e muito diversificado, o que abrirá portas para a extraordinária variedade de produtos aqui elaborados;
- O Brasil precisa não apenas integrar a ALCA, mas também liderar os países latino-americanos e outros para que se mantenha à frente dos problemas e possa realizar seus projetos de desenvolvimento;
- O Brasil precisa liderar a maioria de seus co-partícipes latino-americanos dentro da ALCA, fortalecendo-se oportunamente;
- O papel de líder a ser protagonizado pelo país será a contrapartida à hegemonia norte-americana e significará que não se baixará a cabeça frente ao concorrente;

- O governo Lula tem que preparar urgente e capacitadamente o Brasil para que se tenha condições de usufruir os benefícios decorrentes da sua participação na ALCA;
- O Brasil, tendo um potencial de riquezas naturais bem volumoso, configura-se como o país que mais condições tem de se sobressair no contexto, mas é preciso que, primeiramente, seja normalizada, equilibrada a economia em todos os sentidos de positividade;
- A ALCA poderá trazer vantagens para o Brasil, se for eliminado o protecionismo que os EUA mantêm sobre seus produtos agrícolas e que estes permitam que os outros países invadam o seu monumental universo de consumidores.

Ao término do primeiro ano de mandato, o governo Lula apresenta uma economia marcada pela recessão, em que a produção pouco se destacou, os empregos não condizem com as promessas feitas em campanha, a inflação continua a ameaçar, o déficit público cresceu de maneira desordenada.

Apesar disso, o que se desenha no momento é decorrente do que já era previsto há 2 ou 3 anos atrás (e ainda não estava incorporado ao pensamento do futuro presidente da República), isto é, o reconhecimento de que o Brasil iria, realmente, ocupar um lugar proeminente no contexto das Américas à frente da Argentina e do México.

Nos próximos quinze anos, o Brasil e o México emergirão como atores cada vez mais autoconfiantes e capazes e terão mais vozes nos assuntos hemisféricos.

A integração regional através de organizações como o MERCOSUL e a provável conclusão da Área de Livre Comércio das Américas ALCA (prevista para 2005) aumentará o emprego e dará o contexto político para os governos sustentarem as reformas econômicas contra os grupos de interesses entrincheirados da oposição (SOTERO, 2000, p. 5).

É voz corrente que o Brasil vem se mantendo já por mais de quinze anos entre os países de melhor desempenho no conjunto global de sua economia, variando naturalmente num pequeno limite de valores numéricos nesta sua posição.

Há cerca de sete anos atrás, pesquisas realizadas pelo IPEA/FJP/IBGE eram bem claras a esse respeito:

A pesquisa mostra números do Brasil inteiro relativos ao ano de 1997. Os resultados dizem que o PIB (Produto Interno Bruto) do país foi o oitavo do mundo, ainda assim 80% da população brasileira viviam abaixo da linha de pobreza, ou seja, ganhavam menos que R\$ 118,00, o salário mínimo (VIANA, 1999, p. 3).

Inferre-se da citação acima que há uma leitura equivocada, das análises e estatísticas que se realizam em relação ao Brasil, pelo menos quando se trata da questão econômica.

Espelho desse equívoco é o montante dos números da produção que aparece como imagem virtual, mas que não é de fato a correspondência aos fatos reais. Sob um certo prisma, o País vai bem, atinge patamares performáticos elevados (PIB, exportação, uso de tecnologia de ponta, aprimoramento de qualidade etc.) e, num outro ângulo, o País está pontilhado por um conjunto assombroso de carências, distorções, desigualdades, atraso (GAZETA MERCANTIL, 1999).

Ainda que o Plano Real tenha produzido diversos efeitos sadios para a nação, e a inflação tenha sido afastada do cotidiano do brasileiro, é justamente a inverossimilhança desses dois elementos que, sendo face oculta, prodigalizam, como fogo de monturo, incêndios que corroem a economia e prejudicam impunemente a vida dos cidadãos brasileiros (ARAÚJO JÚNIOR, 1998).

A estas alturas das ponderações, indaga-se veementemente sobre qual será a forma de conciliar pobreza com riqueza, ferramentas obsoletas com moderníssimos instrumentos informatizados, uma escola falida, sem perspectivas de melhora com a excelência do ensino dos E.U.A. e do Canadá.

O que se comprará e o que se venderá para os países semelhantes ao Brasil e de que modo isso se fará?

Por acaso, será também um bom negócio para eles, ou serão explorados por um Brasil com ar de poderoso ou dominador?

Que negócios e em que volume serão feitos com os EUA e o Canadá?

Vender-se-ão para eles frutas, verduras, peixes, minério de ferro a preços diminutos (porque estes já têm normalmente preços baixos) e comprar-se-ão, deles, máquinas e outros bens com maior valor agregado.

Entretanto, as notícias mais recentes são promissoras, em termos de desempenho econômico do Brasil. Os prognósticos apontam algum crescimento para o ano de 2004, o que dá uma certa esperança de dias melhores.

Tanto ministros como institutos de pesquisa estão formulando e apresentando quadros em que os números falam de situações que podem ser entendidas como boas, ou pelo menos, augureiras de melhores momentos. (MUGNATO & SOLIANI, 2003).

O Ministro de Planejamento Guido Mantega, disse que o governo trabalha com a possibilidade de um crescimento de 0,8% do PIB em 2003.

(...)

Mas o próprio relatório de receitas e despesas explica que a projeção de superávit primário (economia de receitas para pagamentos de juro) foi revista de R\$ 3800 porque o PIB caiu.

(...) também reviu a previsão de inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) deste ano de 9,5% para 9,7% - acima da meta de 8,5%. E a taxa de câmbio caiu de R\$ 3,16 para R\$ 3,9 ao ano (MUGNATO & SOLIANI, 2003, p. B-1).

## 7. O COMÉRCIO MUNDIAL E AS ENTIDADES COMUNITÁRIAS INTERNACIONAIS

A ALCA, como foi exposto nos capítulos anteriores, tem sido alvo de restrições, críticas pesadas (muitas vezes infundadas), ao mesmo tempo em que recebeu ou recebe apoio, elogios, defesa, adesões.

É controvertida, casuisticamente, a idéia da participação do Brasil nesse consórcio, bem como se discute acirradamente se é vantajoso ou não que os países da América Latina se unam para a formação desta Área de Livre Comércio das Américas (DIZ, 2000).

Ora, o panorama do comércio mundial sofreu (e sofre) intensas e profundas modificações – e de modo rápido, contínuo, numeroso – nos últimos 50 ou 60 anos, o que jamais ocorrera antes em nível de intensidade e quantidade.

O mundo contemporâneo está se movendo em direção a uma economia mundial sem fronteiras e tornando as economias nacionais altamente independentes. Os fluxos dos comércios internacionais registram, desde o final da Segunda Guerra Mundial, ritmo impressionante de crescimento: entre 1946 e 1985, o volume do comércio mundial se multiplicou nove vezes e tem crescido, desde então, a taxas de, pelo menos, o dobro das registradas pelo crescimento da produção e da renda (GALVÃO, 1998, p. 16).

O fenômeno de maior envergadura que acometeu a economia (e todos os outros setores da vida humana que recebem influências diretas das operações de cunho econômico) nas últimas décadas é o da globalização. Tal fenômeno tomou conta, de modo irreversível, dos pensamentos, planos, projetos, objetivos e se revela contundentemente nas práticas da produção, distribuição, comercialização de bens e serviços.

A globalização é um fenômeno complexo e multifacetado e compreende uma grande variedade de eventos, ocorrendo em várias esferas das atividades humanas (BAUMANN, 1996).

Destacam-se, sistematicamente, alguns caracteres ou formas, aspectos de globalização abaixo:

- Globalização comercial – que se refere ao incremento no volume do comércio de bens e serviços e à crescente homogeneização para os padrões de consumo;
- Globalização financeira – que diz respeito à expansão no volume e na circulação de recursos financeiros em nível internacional;
- Globalização da produção – que se associa a mudanças tecnológicas em processos produtivos e de gestão, cuja implicação principal é produzir bens finais que utilizam elementos provenientes de vários países, lançando-se mão, obviamente, do que for presumivelmente o melhor; e
- Globalização institucional – que se manifesta na intenção de promover a homogeneização internacional de regras, direitos e deveres, buscando também estabelecer uma convergência de políticas econômicas de vários países.

A globalização veio consolidar as tendências que vinham marcando o comércio mundial, que se abria para uma interação de países e mais países, expansão de empresas multinacionais, troca de informações, intercâmbio de tecnologia, abertura de mercado. Esta tendência de integração de mercados, nos tempos contemporâneos, tem se solidificado de tal forma que se configura como o grande e mais positivo fator de desenvolvimento para as nações que se incorporam ao processo (BAUMANN, 1996).

Pode-se localizar, com certa facilidade, uma seqüência de acontecimentos que antecederam a explosão do fenômeno globalizante ou são (ou foram) instrumentos alternativos à globalização, tais como:

- criação do Sistema de Preferências da Commonwealth britânica envolvendo o Reino Unido e suas 47 colônias, em 1932;
- criação da união alfandegária envolvendo Bélgica, Holanda e Luxemburgo, a BENELUX, em 1948;
- o Tratado de Roma que criou a CEE (Comunidade Econômica Européia), em 1957;
- a Convenção de Estocolmo, que deu origem à AELC (Associação Européia de Livre-Comércio) ou EFTA (European Free Trade Association), em 1960;
- a celebração de acordos bilaterais entre os E.U.A. e Israel, em 1985, e com o Canadá, em 1987 – o Free Trade Pact;
- a instalação da NAFTA (Área de Livre-Comércio da América do Norte), que incorporou o México;
- tentativas de associações na América Latina e no Caribe, tais como:
  - o CARICOM (Caribbean Community and Common Market), dos países do Caribe;
  - Mercado comum dos Países Andinos;
  - Mercado Comum Centro-Americano;
  - ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), depois substituída pela atual ALADI (Associação Latino-Americana de Integração);

- O MERCOSUL (Mercado Comum dos Países do Cone Sul) bem recentemente.

Ressalte-se, porém, que estas organizações supracitadas foram criadas e se desenvolveram com a clara intenção de fortalecer os países nelas participantes, criando proteções à comercialização de seus produtos, estabelecendo toda uma prática discriminatória contra os outros países (MAIA, 1999).

Com o fortalecimento dos países integrantes das diversas comunidades protecionistas criadas em praticamente todo o mundo, os outros que ficaram fora dessas instituições ficaram prejudicados, com ênfase para aqueles mais pobres ou situados em posições de desvantagem geográfica ou política.

Para minimizar esses inconvenientes de grande repercussão na economia de muitos países, foi sugerida, na primeira reunião da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), em 1964, a criação do Sistema Geral de Preferências (SGP), que acabou sendo concebido em 1968, na segunda reunião daquele órgão, tendo sido criado em 1970, e aceito, pela então CEE, em 1971. O SGP foi criado graças aos fortes protestos dos países subdesenvolvidos, principalmente os da América Latina (GAZETA MERCANTIL, 1999).

O SGP estabelece a entrada livre de direitos alfandegários para um grande número de produtos manufaturados e semimanufaturados oriundos de países compradores. Contudo essa prerrogativa é prejudicada, pois tanto os norte-americanos como os europeus lançam mão do sistema de quotas e tetos e do princípio de salvaguardas para um grande número de importações sensíveis – isto é, os produtos geralmente intensivos de mão-de-obra dos países não desenvolvidos – toda vez que os empregos naqueles países sejam ameaçados de diminuição.

Com o Brasil, este estado de coisas vinha e vem acontecendo expressivamente pois ele (GALVÃO, 1998).

é beneficiário do SGP, mas, nos últimos anos, muitas de suas exportações têm sido excluídas desse regime de preferências, sob a alegação de que tais exportações alcançaram níveis de competitividade acima dos tetos estabelecidos para a concessão de benefícios. Os países da União Européia e os E.U.A. são os principais concessionários desse sistema que têm negado ao Brasil a concessão de preferências. Exportadores brasileiros têm protestado contra a exclusão de seus produtos porque os benefícios vedados ao Brasil continuam sendo oferecidos a países competidores dos mesmos bens (GALVÃO, 1998, p. 30-31).

### **7.1. O Mercosul e seus Significados**

A preocupação que permeia qualquer aporte acerca da adesão ou da não adesão do Brasil à ALCA tende a levar em conta os fatos que dizem respeito à participação do país no Mercosul.

O levantamento de dados, a análise destes, o estudo das circunstâncias, causas e conseqüências a respeito do Brasil no Mercosul possuem alta relevância. São elementos que atestam a experiência do Brasil em participar de um importante órgão de comércio internacional. E, levando-se em conta que o Brasil vem tendo um papel de destaque dentro das atividades daquele organismo, entende-se ser de bom alvitre deter-se um pouco mais para apreciar o histórico e o papel desta entidade.

O Mercosul surgiu como decorrência das proposições e da vontade que foram nascendo e se desenvolvendo em países da América do Sul para se unirem e, juntos, constituírem uma comunidade econômica que se auto-ajudaria a sair do atraso e conseguisse se desenvolver (CHALOULT & ALMEIDA, 1999).

Após longos e demorados entendimentos, eis que foi criado e estruturado o Mercosul, oficialmente, em 1º de janeiro de 1995, sob a forma de uma União Aduaneira entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O grupo formado por esses quatro países intitulou-se Mercosul – Mercado Comum dos Países do Cone Sul, isto é, países cujos territórios se situam ou atingem a parte geográfica da América do Sul que vai se estreitando, afunilando-se, a partir do Trópico de Capricórnio em direção ao Pólo Sul (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO, 1997).

O bloco se constitui por mais de 200 milhões de habitantes e possui um PIB estimado em cerca de 800 bilhões de dólares, significando isso, praticamente, quase a metade do PIB de toda a América Latina.

O comércio intra-Mercosul aumentou de US\$ 3,6 bilhões em 1991 para US\$ 12,8 bilhões em 1995, configurando um aumento de 256%.

A organização e o funcionamento do Mercosul estão vinculados a dois principais documentos, a saber:

- Tratado de Assunção para a constituição do Mercosul, o TA, assinado em 1991, o instrumento jurídico central do Mercosul. O TA, entretanto, é um acordo-quadro que cria o mercado comum, mas define seus objetivos e os meios para alcançá-lo. Ele visa à integração econômica dos quatro países, cuja primeira etapa seria a formação de uma União Aduaneira por meio da eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias;
- Protocolo de Ouro Preto – assinado em dezembro de 1994, versa sobre Aspectos Institucionais, estabelecendo a estrutura institucional do Mercosul. Os órgãos de natureza inter-governamental do Mercosul são: Conselho do Mercado Comum, Grupo de Mercado Comum, Comissão de Comércio, Comissão Parlamentar Conjunta; suas recomendações são encaminhadas ao Conselho do Mercado Comum;

Fórum Consultivo Econômico e Social – FCES, órgão de representação dos setores econômicos e sociais dos países integrantes, com funções meramente consultivas. A seção brasileira do FCES é integrada pela CUT, CGT, Força Sindical, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional dos Transportes, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Federação Nacional das Seguradoras e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO, 1997).

O Mercosul tem obtido uma boa conceituação nos meios políticos, econômicos, acadêmicos ou não, dado o seu desempenho, o resultado das operações comerciais realizadas entre os países que o compõem.

Mais do que um êxito espetacular em matéria de expansão comercial e de crescente integração produtiva, o Mercosul é uma realidade política e estratégica que cumpre preservar e estimular. É iniciativa gerada e dirigida por países que, muito além de uma área de livre comércio, estão criando no Cone Sul, um espaço próprio, fundado na cooperação e no aproveitamento de sinergias de expressivo e benéfico efeito para o conjunto de suas sociedades. Compreende-se, desse modo, a determinação do Brasil e dos demais países do MERCOSUL em garantir que se estabeleça relação de apoio entre a futura ALCA e os arranjos comerciais sub-regionais (LAMPREIA, 1997, p. 14).

## **7.2. O Mercosul e o Brasil**

O Brasil tem procurado incessantemente superar suas deficiências econômicas, recorrendo a planos, campanhas, projetos etc. que visem promover o crescimento, o aperfeiçoamento da produção. Mudanças na política econômica, novas moedas, combate à inflação, uso de tecnologia avançada e outras providências vêm sendo adotadas por ministros e pelo Governo no total, na tentativa

– nem sempre bem sucedida – de tirar o país do atraso, da pobreza (GALVÃO, 1998).

Desde a segunda metade dos anos 80, o Brasil vem conduzindo um processo gradual de liberalização comercial, procurando se inserir num contexto de uma economia mundial cada vez mais globalizada e tentando promover as reestruturações econômicas necessárias para fazer a esses novos desafios (GALVÃO, 1998, p. 49).

A participação do Brasil no Mercosul tem se pautado pelo sucesso, haja vista a imensa variedade de bens que o país produz, a qualidade técnica agregada e a disponibilidade de fontes de produção que se espalham, por vezes, por todo o território nacional (GALVÃO, 1998).

O Mercosul vem se apresentando como um lócus muito bem adequado para disseminação de nossos produtos e para a entrada de produtos de que somos carentes, o que vem resultando em negócios de grande vulto para os empresários.

Do ponto de vista do seu intercâmbio comercial, constitui o Mercosul um bloco econômico de extraordinário dinamismo, evoluindo o comércio intra-regional a taxas muito mais elevadas do que as do comércio de seus países com o resto do mundo. No caso do Brasil, enquanto em 1990 as exportações representavam 4,4% do seu comércio exterior; em 1995, essa cifra já se aproximava dos 14%, havendo alcançado 15,65% nos primeiros meses de 1996 (Op. Cit., p. 56).

Um outro aspecto muito importante acerca das conseqüências da participação do Brasil no Mercosul são as implicações regionais. Como se sabe, as cinco regiões brasileiras apresentam inúmeras diferenças entre si e peculiaridades que as caracterizam com qualidades e problemas específicos (GALVÃO, 1998).

Vejam-se as tabelas a seguir:

TABELA 02 – Macroregiões do Brasil. Exportações Totais, 1960-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB.

Anos	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1960	284.260	76.948	706.851	186.792	5.871	1.260.722
1961	330.582	86.344	714.417	267.479	4.178	1.403.000
1962	269.914	62.732	649.504	228.076	3.773	1.213.999
1963	339.733	55.536	717.746	287.013	5.972	1.406.000
1964	280.127	63.777	757.685	325.317	3.094	1.429.999
1965	274.875	78.911	836.421	394.172	4.709	1.589.088
1966	266.077	59.471	926.297	485.603	3.550	1.740.999
1967	276.394	49.558	913.915	408.726	5.405	1.653.998
1968	276.078	69.416	1.004.843	526.414	4.250	1.881.000
1969	415.488	66.807	1.195.662	627.846	5.197	2.311.000
1970	436.442	93.083	1.455.910	742.633	10.933	2.739.000
1971	403.241	94.105	1.559.031	829.775	17.848	2.904.000
1972	544.562	93.866	2.190.645	1.133.513	28.413	3.991.000
1973	729.589	115.504	3.350.598	1.958.030	45.278	6.199.000
1974	1.404.679	179.708	4.204.056	2.067.746	94.807	7.950.996
1975	1.447.140	206.625	4.350.469	2.523.301	142.409	8.669.944
1976	932.366	207.330	5.474.372	3.387.785	126.450	10.128.303
1977	1.480.908	222.897	6.414.048	3.831.854	170.468	12.120.175
1978	1.603.997	280.537	7.600.893	2.992.247	181.330	12.659.004
1979	1.894.186	365.625	8.924.735	3.901.369	158.462	15.244.377
1980	2.228.401	551.737	11.578.302	5.608.225	165.736	20.132.401
1981	2.607.973	620.523	12.751.947	7.106.429	206.163	23.293.035
1982	1.917.000	500.000	12.364.000	5.308.000	86.000	20.175.000
1983	2.250.000	531.000	13.167.000	5.860.000	91.000	21.899.000
1984	2.564.000	560.000	17.032.000	6.759.000	90.000	27.005.000
1985	2.428.577	490.359	16.324.384	6.265.602	130.089	25.639.011
1986	2.092.938	599.198	14.213.309	5.269.360	173.798	22.348.603
1987	2.439.093	822.423	16.410.713	6.361.900	190.986	26.225.115
1988	3.120.418	1.068.332	20.374.802	8.015.223	172.880	32.751.655
1989	2.879.063	997.820	20.080.549	8.204.562	197.637	32.359.631
1990	3.030.397	1.793.958	18.824.850	6.767.490	563.529	30.980.224
1991	2.859.771	1.757.116	19.466.815	6.611.230	574.195	31.269.127
1992	3.035.047	1.825.665	21.619.102	8.239.195	698.794	35.417.803
1993	3.012.648	2.022.870	22.253.806	9.857.626	791.597	37.938.547
1994	3.502.854	2.078.566	25.035.756	10.938.551	1.119.236	42.674.963
1995	4.239.999	2.433.137	26.634.656	11.401.026	986.514	45.695.332
1996	3.854.865	2.401.378	26.704.248	12.546.854	1.383.047	46.890.392
1997	3.960.561	2.571.405	29.600.559	13.930.801	1.794.481	51.857.807
1998	3.720.485	2.591.861	30.007.565	12.461.817	1.214.608	49.996.336
1999	3.355.394	2.677.108	28.011.751	11.498.649	1.294.315	46.837.217
2000	4.024.694	3.321.836	31.129.461	12.883.736	1.832.876	53.192.603
2001	4.184.171	3.241.633	31.504.465	14.691.267	2.475.857	56.097.393

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, diversos anos; MDIC/Secex.

**TABELA 03** – Macrorregiões do Brasil. Importações Totais, 1960-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB.

Anos	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1960	87.510	21.516	1.492.048	133.098	1.426	1.735.599
1961	91.961	21.980	1.474.679	123.414	1.168	1.713.203
1962	100.808	17.030	1.756.202	147.445	1.034	2.022.520
1963	113.107	20.199	1.716.113	150.055	1.880	2.001.354
1964	124.810	18.448	1.240.715	124.359	1.083	1.509.416
1965	86.001	19.018	1.188.758	94.387	1.455	1.389.618
1966	104.373	26.258	1.273.115	85.711	1.013	1.490.471
1967	119.243	25.110	1.396.670	121.857	1.370	1.664.252
1968	140.349	70.729	1.703.860	162.503	938	2.078.37
1969	137.421	44.641	1.852.578	217.305	807	2.252.751
1970	208.820	122.353	2.628.744	313.445	3.835	3.277.197
1971	233.163	106.033	2.941.628	341.809	7.153	3.629.785
1972	262.251	145.536	3.810.125	517.195	12.532	4.747.640
1973	390.045	213.390	5.707.435	690.649	20.652	7.022.172
1974	597.888	335.577	11.757.541	1.261.597	44.443	13.997.046
1975	679.536	370.802	11.369.434	1.124.102	27.248	13.571.122
1976	814.755	479.302	11.187.905	1.197.655	46.425	13.726.042
1977	864.583	423.421	10.250.608	1.677.832	40.532	13.256.976
1978	908.404	820.367	11.079.713	2.183.218	62.568	15.054.270
1979	1.315.500	715.232	14.765.875	2.914.366	93.339	19.804.312
1980	1.590.074	907.744	18.438.257	3.874.374	150.101	24.960.550
1981	1.262.316	820.834	17.789.564	4.087.330	118.970	24.079.014
1982	1.073.000	872.000	15.568.000	3.452.000	104.000	21.069.000
1983	908.000	710.000	12.974.000	2.177.000	32.000	16.801.000
1984	862.000	483.000	12.177.000	1.661.000	27.000	15.210.000
1985	835.622	594.162	11.471.955	1.395.766	34.330	14.331.835
1986	1.020.801	990.092	11.327.068	2.145.925	73.353	15.557.239
1987	1.063.519	927.964	12.399.886	2.147.847	41.572	16.580.788
1988	1.110.367	912.819	11.833.112	2.159.264	39.844	16.055.406
1989	1.292.332	1.329.569	9.271.325	3.087.763	80.932	15.061.921
1990	1.491.909	1.393.126	15.396.375	2.195.892	171.275	20.648.577
1991	1.577.900	1.393.606	15.156.605	2.625.786	287.560	21.041.457
1992	1.369.830	1.264.675	15.163.017	2.497.867	248.900	20.544.289
1993	1.965.221	1.982.773	17.625.204	3.439.222	224.571	25.236.991
1994	2.455.466	2.650.493	22.822.679	4.775.452	348.596	33.052.686
1995	3.603.783	4.237.651	35.029.779	6.606.692	493.990	49.971.895
1996	4.170.285	4.662.037	36.788.698	7.026.348	608.113	53.255.481
1997	4.228.877	4.735.264	42.475.348	8.800.232	819.030	61.276.270
1998	3.792.485	3.392.066	39.577.072	9.665.305	947.693	57.374.621
1999	3.524.050	3.098.380	33.211.925	7.853.110	1.196.425	48.883.890
2000	4.794.308	4.280.744	35.863.506	9.664.304	1.135.232	55.728.556
2001	5.135.670	3.661.002	35.532.585	9.838.718	1.378.084	55.546.059

FONTE: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, diversos anos; MDIC/Secex.

Transparece de qualquer estudo no âmbito da economia que as Regiões do Sul e do Sudeste gozam de um bom número de elementos que podem proporcionar uma elevada ou intensa integração dos Estados com o Mercosul. No entanto, o Norte e mais ainda o Nordeste ficam como que condenados ao

isolamento, uma vez que vários fatores incidem para o impedimento da integração, tais como:

- Maior distância geográfica;
- Ausência de boas estradas;
- Ausência de parque industrial avantajado;
- Ausência de políticas de incremento da produção;
- Falta de informação competente para a produção e a comercialização;
- Carência de capitais avultados;
- Falta de tradição para exportação
- E outros de igual valor.

Todavia, é o Nordeste um extraordinário celeiro de produtos que podem ter ótima aceitação na Argentina, no Uruguai e no Paraguai e mais extensivamente no Chile e no Peru.

Produtos como o artesanato de fibras, coco, argila, babaçu, buriti, cerâmica, madeira, couro e outros; peixes, camarão, frutas, ervas medicinais, plumas de aves, roupas artesanais, soja, metais ferrosos e alumínicos, cera de carnaúba, mel de abelha, açúcar, aguardente, licores e mil outros poderiam ser comercializados em grande escala com aqueles países. Vêm se destacando no comércio com o Mercosul a Bahia, o Ceará, o Maranhão e Pernambuco, nessa ordem, sendo que a Bahia mais se destaca nesse contexto (GALVÃO, 1998).

Entretanto, o que ocorre, na verdade, ainda é um desempenho bastante tímido no que toca ao montante das exportações nordestinas para o Mercosul.

Não é por outro motivo que no Nordeste alguns segmentos empresariais e políticos já questionaram a prioridade do alinhamento da região como o Mercosul, e sugeriram uma intensificação de práticas multilaterais de comércio ou uma maior aproximação com outros blocos econômicos (inclusive falando-se, de por certo, mais como uma referência geográfica, da criação de um Merconorte, em adição ao Mercosul) (Op. Cit., p. 62).

Observe-se o que tem ocorrido com o saldo do balanço comercial do Nordeste brasileiro, de 1960 a 2001.

**TABELA 04** – Região Nordeste. Evolução nos Saldos do Balanço Comercial, 1960-2001. Valores em US\$ milhões.

Anos	Exportações (A)	Importações (B)	Saldo Comercial (A) – (B)
1960	284.260	87.510	196.749
1961	330.582	91.961	238.621
1962	269.914	100.808	169.105
1963	339.733	113.107	226.626
1964	280.127	124.810	155.317
1965	274.875	86.001	188.874
1966	266.077	104.373	161.703
1967	276.394	119.243	157.151
1968	276.078	140.349	135.729
1969	415.488	137.421	278.066
1970	436.442	208.820	227.621
1971	403.241	233.163	170.079
1972	544.562	262.251	282.311
1973	729.589	390.045	339.544
1974	1.404.679	597.888	806.791
1975	1.447.140	679.536	767.604
1976	932.366	814.755	117.611
1977	1.480.908	864.583	616.325
1978	1.603.997	908.404	695.593
1979	1.894.186	1.315.500	578.686
1980	2.228.401	1.590.074	638.327
1981	2.607.973	1.262.316	1.345.657
1982	1.917.000	1.073.000	844.000
1983	2.250.000	908.000	1.342.000
1984	2.564.000	862.000	1.702.000
1985	2.428.577	835.622	1.592.955
1986	2.092.938	1.020.801	1.072.137
1987	2.439.093	1.063.519	1.375.574
1988	3.120.418	1.110.367	2.010.051
1989	2.879.063	1.292.332	1.586.731
1990	3.030.397	1.491.909	1.538.488
1991	2.859.771	1.577.900	1.281.871
1992	3.035.047	1.369.830	1.665.217
1993	3.012.648	1.965.221	1.047.427
1994	3.502.854	2.455.466	1.047.388
1995	4.239.999	3.603.783	636.216
1996	3.854.865	4.170.285	-315.420
1997	3.960.561	4.228.877	-268.316
1998	3.720.485	3.792.485	-72.000
1999	3.355.394	3.524.050	-168.656
2000	4.024.694	4.794.308	-769.614
2001	4.184.171	5.135.670	-951.499

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, diversos anos; MDIC/Secex.

### 7.2.1. O Nordeste

O Nordeste, em que pese a defasagem econômica que apresenta em relação ao Sul e ao Sudeste do Brasil, oferece alguns itens peculiares de sua economia, que o colocam num patamar de razoável expressão:

- As chamadas ilhas de industrialização, que se sobressaem no Recôncavo Baiano e na Grande Recife: na Grande Salvador encontram-se indústrias que beneficiam ou transformam produtos agropecuários, como fumo, algodão, fibras e carnes; indústrias petroquímicas (petróleo e seus derivados), principalmente no triângulo petroquímico formado pelos municípios de Aratu, Camaçari e Candeias, e a refinaria Landulfo Alves, em Martaripe;
- Existe abundância de energia elétrica a cargo das usinas de Paulo Afonso, Três Marias, Itaparica e Sobradinho, que foram construídas pela CHESF;
- Há grande facilidade de escoamento da produção pelos portos, rodovias e ferrovias:
  - Petróleo e derivados – pelos portos de Madre de Deus (no Recôncavo Baiano), Fortaleza, Aracaju e Maceió;
  - Açúcar – portos de Cabedelo (Paraíba), Recife e Maceió;
  - Cacau – porto de Ilhéus (Bahia);
  - Sisal – portos de Cabedelo e Fortaleza;
  - Algodão – Porto de Fortaleza;
  - Sal – portos de Natal, Macau e Areia Branca (Rio Grande do Norte);

- Minério de ferro e óleo de babaçu – Porto de Itaqui (São Luís Maranhão).
- O Nordeste possui 7.500 km de linhas férreas (cerca de 1/3 do total da Rede Ferroviária Federal, que é de 23.171 km), ligando as regiões produtivas com o litoral ou com os portos exportadores;
- Em termo de rodovias, o Nordeste entra em comunicação com o Sudeste e o Sul através da rodovia Rio/Bahia (BR-116), contando também com a Transamazônica, que liga o Brasil de Leste a Oeste;
- A navegação fluvial ocorre em escala mais ampla no Rio São Francisco, que é aproveitado desde Pirapora (MG) até a barragem de Sobradinho (BA). Os rios Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Tocantins oferecem ainda um bom fluxo de navegação;
- Várias companhias aéreas servem o Nordeste, utilizando-se de bons aeroportos como os de Guararapes (Recife), Dois de Julho (Salvador) e o de Pinto Martins (Fortaleza);
- Na área metropolitana de Recife, destacam-se, além da própria capital, os centros industriais de Jaboatão, Paulista, Cabo e São Lourenço da Mata, onde predominam as indústrias ligadas à cana-de-açúcar, ao setor têxtil e de produtos alimentícios;
- Em Fortaleza, na área metropolitana, desenvolvem-se indústrias têxteis, de beneficiamento, fiação e tecelagem do algodão e de confecções, calçados, sucos e doces;
- No Rio Grande do Norte, recebem destaque a produção e o beneficiamento do sal marinho, sobretudo nos municípios de Macau, Mossoró e Areia Branca;

- O sul da Bahia é responsável pela grande produção de cacau, que é a matéria-prima para o chocolate, que é exportado para o mundo inteiro;
- Toda a zona do sertão nordestino e incluindo também o agreste são regiões onde se pratica extensivamente a pecuária de caprinos, que atinge um volume elevado de cabeças e agora está recebendo cuidados técnicos e científicos de melhoria qualitativa;
- O rico artesanato nordestino, profusamente diversificado e de preços bastante baixos soma-se à existência de verdadeiros paraísos, oferecidos pela natureza: praias belíssimas, rios, cachoeiras, lagoas, cavernas, serras, dunas, delta, grande luminosidade solar, temperatura ou climas excelentes, locais ainda inexplorados ou poucos explorados, outros já dotados de uma boa infra-estrutura turística, são elementos que tornam o Nordeste do Brasil uma região privilegiada;
- Merecem lugar especial na produção de artesanato no Nordeste o fabrico de rendas de bilro, principalmente no Ceará, mas extensiva a todos os outros estados, que resulta na confecção de belíssimas peças, comercializadas a preços dignos, e mais a presença do artesanato de barro ou argila, com a produção de peças utilitárias para o lar e também obras artísticas, sendo que uma das maiores expressões nesta arte foi o célebre Mestre Vitalino (Vitalino Pereira dos Santos), de Caruaru, Pernambuco, o qual faleceu em 1963, depois de criar as famosas mini-escultura de barro, de homens e coisas do Nordeste, deixando vários seguidores do seu talento (CORRÊA, 1999).

Veja-se o demonstrativo acerca do que foi exportado pelo Nordeste em 2001.

**TABELA 05** – Nordeste do Brasil. Principais Produtos Exportados, 2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB.

	Descrição	Valor US\$ - FOB	% Total	% Acumulado
1	Fuel-oil (óleo combustível)	438.476.537	10,48	10,48
2	Açúcar de cana em bruto	386.869.269	9,25	19,73
3	Alumínio não ligado em forma bruta	198.830.304	4,75	24,48
4	Ferro fundido bruto não ligado	133.203.980	3,18	27,66
5	Pasta quim. Madeira de n/ conif.a soda/ sulfato semi/branq	124.505.270	2,98	30,64
6	Castanha de cajú, fresca ou seca, sem casca	112.228.837	2,68	33,32
7	Bagaços e outs. resíduos sólidos da extr. Do óleo de soja	110.225.722	2,63	35,95
8	Camarões congelados	106.959.041	2,56	38,51
9	Outros grãos de soja, mesmo triturados	90.787.658	2,17	40,68
10	Ligas de alumínio em forma bruta	87.731.182	2,10	42,78
11	Fios de cobre refinado, maior dimensão da sec. Transv>6mm	69.431.683	1,66	44,44
12	Outros calçados de couro natural	63.581.191	1,52	45,95
13	Tecido de algodão>=85%, fio color. Denim, índigo, p>200g/m <sup>2</sup>	61.217.025	1,46	47,42
14	Outras gasolinas	60.968.680	1,46	48,88
15	Consumo de bordo - combustíveis e lubrif. P/ embarcações	59.008.305	1,41	50,29
16	Alumina calcinada	56.997.487	1,36	51,65
17	Lagostas (palinurus, panulirus e jасus) congeladas	55.411.416	1,32	52,97
18	Goiabas, mangas e mangostões, frescos ou secos	48.857.742	1,17	54,14
19	Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose quim. pura sol.	48.018.617	1,15	55,29
20	Manteiga, gordura e óleo, de cacau	47.743.560	1,14	56,43
21	Outs. papéis/cartões, fibra proc. mec. <=10%, 40<=p<=150g/m <sup>2</sup>	46.367.284	1,11	57,54
22	Etilenoglicol (etanodiol)	45.787.755	1,09	58,63
23	Pasta química de madeira, para dissolução	45.051.943	1,08	59,71
24	Ouro em barras, fios, perfis de sec. maciça, bulhão dourado	44.937.753	1,07	60,78
25	Outs. couros/peles de bovinos/equídeo, prepar. plena flor	38.518.919	0,92	61,70
26	Melões frescos	37.953.102	0,91	62,61
27	Ceras vegetais	36.348.850	0,87	63,48
28	Camisetas "t-shirts", etc. de malha de algodão	34.340.831	0,82	64,30
29	Éter metil-ter-butilíco (mtbe)	34.060.788	0,81	65,11
30	Outros polietilenos s/ carga, d>=0.94, em formas primárias	31.546.047	0,75	65,87
31	Calçados de borracha/plast. C/ parte super. em tiras, etc.	31.409.806	0,75	66,62
32	Roupas de toucador/cozinha, de tecidos atoalh. de algodão	30.956.941	0,74	67,36
33	Cordéis de sisal/outs. Fibras "agave", p/ atadeiras/enfard	30.784.931	0,74	68,09
34	Outros tipos de algodão não cardado nem penteado	26.755.501	0,64	68,73
35	Benzeno	25.898.935	0,62	69,35
36	Couro/pele bovina, prepar. Após curtim. plena flor. C/ acab.	24.899.795	0,60	69,95

37	Metiloxirano (óxido de propileno)	24.821.348	0,59	70,54
38	Café não torrado, não descafeinado, em grão	24.198.095	0,58	71,12
39	Propeno (propileno) não saturado	23.773.373	0,57	71,69
40	couro/pele, inteiro/meio, de bovino, "wetblue", div. C/ flor	21.877.049	0,52	72,21
41	Catodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta	21.168.073	0,51	72,71
42	Cinzas e resíduos contendo outros metais ou compostos	20.859.460	0,50	73,21
43	Ferrossilício contendo peso>55% de silício	20.356.774	0,49	73,70
44	Uvas frescas	19.547.293	0,47	74,17
45	Cacau em pó, sem adição de açúcar ou outros edulcorantes	19.421.212	0,46	74,63
46	Policloreto de vinila, obt. Proc. Suspensão, forma primária	18.138.945	0,43	75,06
47	Acrilonitrila	17.730.449	0,42	75,49
48	Tolueno	16.849.228	0,40	75,89
49	Monoisopropilamina e seus sais	16.251.661	0,39	76,28
50	Rolhas, outs. tampas e acess. p./ bem., de metais comuns	15.282.624	0,37	76,64
	<b>Total dos principais produtos</b>	3.206.948.271	76,64	
	<b>Total do Nordeste</b>		100,0	
		4.184.171.165	0	

Fonte: MDIC/Secex.

Do exposto na tabela acima, pode-se dar a devida atenção ao que pondera GALVÃO,(2004, p.143).

É ainda prematuro fazer-se uma previsão definitiva da continuidade dessa tendência. A expectativa é a de que tanto as exportações quanto as importações devam evoluir nos próximos anos, em função da abertura comercial, das perspectivas de crescimento da economia e dos esforços que deverão ser dirigidos à expansão e à diversificação das exportações da região.

A decisão que deve ser tomada pelo governo brasileiro (em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, obviamente) sobre a participação ou não do Brasil na ALCA tem sido marcada por fortes polêmicas e gerado inúmeras controvérsias.

Dentro desse contexto, salientaram-se as expectativas em torno da questão que diz respeito ao Nordeste brasileiro. Em sendo uma região reconhecidamente menos desenvolvida que as outras regiões do Brasil (embora o Norte e o Centro-Oeste se ressintam de carências econômicas que, por vezes são mais graves do que as nordestinas), há uma grande preocupação nos meios

políticos, empresariais e acadêmicos, alcançando, já, boa parte da população (GALVÃO, 2004).

Esta preocupação reedita a que foi levantada quando da criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul), no início da década de 1990.

“A impressão generalizada era a de que os Estados do Nordeste tenderiam a ficar à margem dos benefícios da integração com os países Sul-Americanos, em decorrência de pelo menos três fatores: em virtude de questões geográficas (os demais países do Cone Sul seriam parceiros naturais dos Estados meridionais do Brasil, Por contigüidade e proximidade física), em vista do fato de a produção industrial e agropecuária brasileira encontrar-se fortemente concentrada nas regiões mais ao Sul do país – o que tenderia naturalmente a gerar um comércio intra-regional também fortemente concentrado; e em razão de o Nordeste enfrentar sérias desvantagens competitivas na maioria dos seus segmentos produtivos, em relação aos estados vizinhos dos demais países do Cone Sul (GALVÃO, 2004, p. 79-80).

Daí, decorriam apreensões, posturas cautelosas, críticas, às vezes, exacerbadas. Havia receios de que os efeitos da integração seriam insignificantes e que, mesmo, tudo acabasse resultando num agravamento das desigualdades econômicas já existentes entre as regiões do país.

A proposta formulada pelo então presidente dos EUA, George Bush, em 1989, de que fosse criada uma área hemisférica de livre comércio, encontrou, desde o início, uma ampla aceitação por parte de um crescente número de países das três Américas. A idéia cresceu, sedimentou-se, foi ganhando corpo, originando o surgimento da NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), em 1993, e a reformulação da idéia inicial (“Iniciativa para as Américas”) pelo presidente Bill Clinton, em 1994, já formulada no projeto efetivo para criar e estruturar a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, fato este aludido em outras partes deste trabalho (GALVÃO, 2004).

O Brasil tem sido criterioso em aderir à ALCA, embora seja difícil encontrar objeções irrefutáveis para a sua negação a entrar para este bloco

econômico, uma vez que são apontados para o Brasil ganhos e perdas ao mesmo tempo

Os ganhos e as perdas do Brasil, seriam bastante diferenciadas em termos especiais. É possível argumentar, que as perdas para o Nordeste seriam muito menores do que as do país como um todo, enquanto que os ganhos dessa região tenderiam a ser muito maiores, do que os potencialmente realizáveis pelo país, e especialmente pelas suas regiões mais desenvolvidas (GALVÃO, 2004, p. 86).

Ora, é facilmente deduzível que, ao ingressar na ALCA, o país estará abrindo e expondo a sua economia, (e, no caso, a do Nordeste) à concorrência externa, mas alguns fatos conferem vantagens ao Nordeste, Tais como:

- a liberação, em termos de economia, que vem ocorrendo desde o final dos anos 80, acabou com as reservas de mercado, que beneficiavam indústrias ineficientes plantadas em outras regiões; isto elimina a dependência do Nordeste de adquirir matéria-prima e bens industrializados de qualidade inferior e a preços altos, podendo melhorar o bem-estar social, dinamizar as relações de troca e provocar uma melhoria de qualidade no geral;
- no setor agrícola, uma expressiva melhora ocorrerá, visto que o Brasil mantinha uma política altamente protecionista à indústria nacional de fertilizantes, de máquinas e equipamentos agrícolas e da área de alimentação; a liberação para a aquisição desses produtos provocou grandes mudanças na economia do Nordeste, propiciando inúmeras vantagens ao consumidor;
- No tocante às exportações, pelo fato mesmo de que o Brasil já negociou com os norte-americanos a liberação total para a comercialização dos produtos brasileiros e já que a maioria dos produtos nordestinos encontram-se sob regimes contingenciais, a

quebra de protecionismo favorecerá, em muito, os produtores nordestinos; teriam grande oportunidade de penetração nos EUA produtos como álcool, açúcar, fumo, cacau, frutas “in natura”, suco de laranja, soja e seus derivados, couros, e peles, calçados, têxteis, confecções, ferro-gusa, minério de ferro, alumina, artesanato, ervas medicinais, cera de carnaúba, coco babaçu e derivados, dentre outros (GALVÃO, 2004).

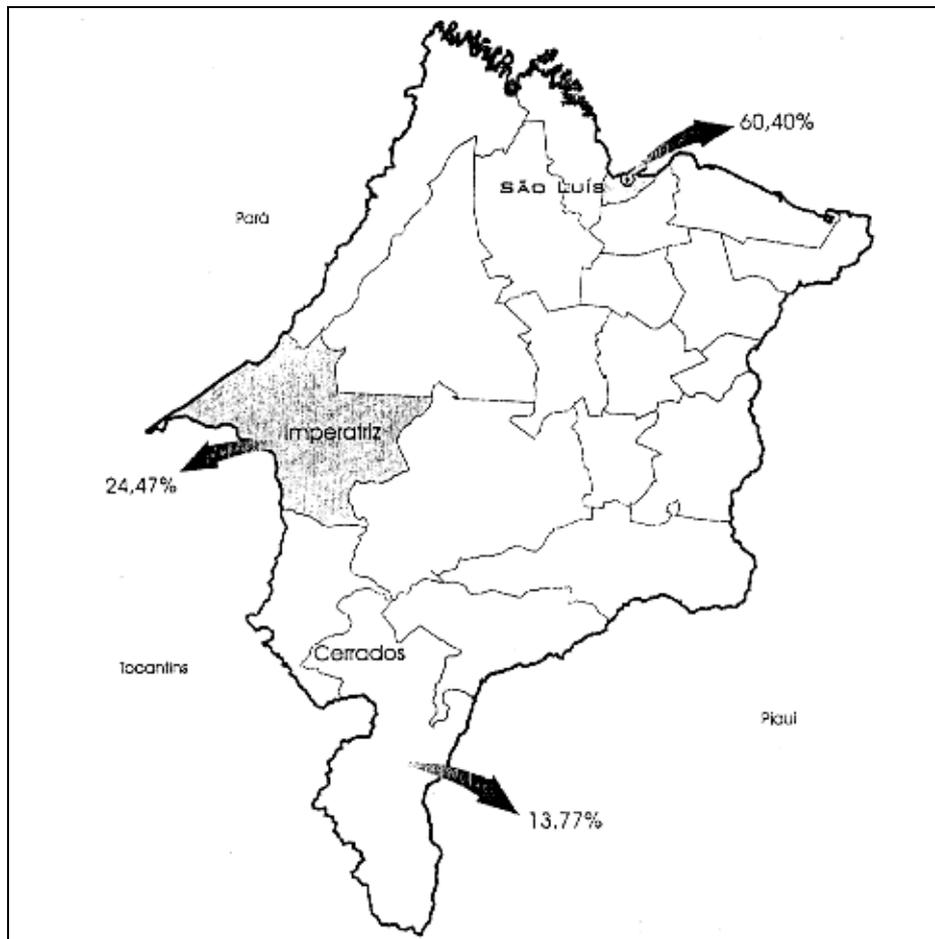
Em suma, como o parque industrial da região Nordeste é muito mais voltado para a produção de insumos, para outras indústrias do próprio país e como a sua pauta de exportações é constituída predominantemente de bens primários e de semi-industrializados que estão praticamente todos sujeitos a diversas formas de restrições à sua entrada nos mercados norte-americanos, a economia da região teria muito menos a perder e muito a ganhar, em relação a outras regiões do país, caso as negociações de liberalização entre o Brasil e a ALCA forem bem –sucedidas (GALVÃO, 2004, p. 89).

Finalmente, é bom que se ressalte que a ALCA tem prazo para a sua instalação definitiva para 2005. Isto significa que as indústrias brasileiras, ainda contam com tempo para se reformularem, adequadamente às novas instâncias, às exigências da reengenharia, ao que está sendo praticado por todas aquelas instituições que primam por responder às solicitações do mundo moderno (GALVÃO, 2004).

### 7.2.2. O Caso Específico do Maranhão

Dentro do contexto do Nordeste brasileiro constitui-se o Maranhão num caso específico, que fica dependendo das oscilações de vários fatores.

**MAPA 01** – Estado do Maranhão - Pólos Exportadores, 2001.



Fonte: MDIC/SECEX (1990 A 2001).

O Maranhão situa-se no Meio-Norte, isto é, numa sub-região entre o Nordeste e o Norte, apresentando, em parte do seu território, características bem nordestinas e características da região Norte em sua outra parte. O estado possui dois extensos rios, o Mearim e o Itapecuru, alimentados por vários e importantes afluentes (Pindaré, Corda, Balsas e outros) e estes rios concorrem todos para desaguar no Golfão Maranhense onde está a capital, São Luís. Além desses, outros rios envolvem o Maranhão, como o Gurupi, o Parnaíba e o Tocantins (CORRÊA, 1999).

Ressalte-se que o Mearim e o Itapecuru são rios que nascem no sul do estado, atravessam-no em direção do norte, criando uma fértil região mesopotâmica.

As bacias hidrográficas maranhenses são fatores de desenvolvimento para o estado, propiciando a existência de uma agricultura bastante expressiva (CORRÊA, 1999).

Nas últimas décadas, o setor agropecuário maranhense ganhou grande relevância pela adoção de tecnologia de ponta, tais como cuidados genéticos para a produção de cereais, inseminação artificial para o gado e outras (CORRÊA, 1999).

O saldo do balanço comercial no Maranhão, de 1980 a 2001, é o seguinte:

**TABELA 06** – Estado do Maranhão. Evolução no Saldo do Balanço Comercial, 1980-2001. Valores em %.

Anos	Exportações				Importações				Saldo US\$ FOB
	US\$ FOB	% do NE	Var. Anual (%)	Índice Cresc.	US\$ FOB %	% do NE	Var. Anual (%)	Índice Cresc.	
1980	11.810	0,51	–	100	26.939	1,95	–	100	-15.129
1981	12.294	0,46	4,1	104	18.136	1,70	-32,7	67	-5.842
1982	7.144	0,36	-41,9	60	31.399	3,17	73,1	117	-24.255
1983	16.085	0,68	125,2	136	61.212	7,78	94,9	227	-45.127
1984	27.882	1,03	73,3	236	43.575	6,21	-28,8	162	-15.693
1985	82.689	3,27	196,6	700	66.198	8,60	51,9	246	16.491
1986	162.728	8,05	96,8	1.378	68.178	7,37	3,0	253	94.550
1987	222.804	9,75	36,9	1.887	42.165	4,46	-38,2	157	180.639
1988	451.457	15,45	102,6	3.823	53.240	5,06	26,3	198	398.217
1989	459.591	15,96	1,8	3.892	100.282	7,76	88,4	372	359.309
1990	442.620	14,61	-3,7	3.748	101.657	6,81	1,4	377	340.963
1991	476.706	16,67	7,7	4.036	222.604	14,11	119,0	826	254.102
1992	427.458	14,08	-10,3	3.619	148.316	10,83	-33,4	551	279.142
1993	462.627	15,36	8,2	3.917	164.265	8,36	10,8	610	298.362
1994	575.719	16,44	24,4	4.875	173.995	7,09	5,9	646	401.724
1995	671.361	15,83	16,6	5.685	195.933	5,44	12,6	727	475.428
1996	681.462	17,68	1,5	5.770	416.684	9,99	112,7	1547	264.778
1997	744.597	18,80	9,3	6.305	413.001	9,77	-0,9	1533	331.596
1998	635.918	17,09	-14,6	5.385	316.164	8,34	-23,4	1174	319.754
1999	662.962	19,76	4,3	5.614	367.102	10,42	16,1	1363	295.860
2000	758.245	18,84	14,4	6.420	485.630	10,15	32,3	1803	272.615
2001	544.329	13,01	-28,2	4.609	830.310	16,17	71,0	3082	-285.981

Fonte: MDIC/SECEX.

A instalação, na Ilha de São Luís, do complexo de beneficiamento da bauxita e de produção de alumínio, do Consórcio ALUMAR; a construção da ferrovia São Luís/Carajás, para a viabilização da exportação do minério de ferro extraído da Serra dos Carajás (PA); a adaptação do Porto do Itaqui e a construção do Terminal

da Ponta de Madeira, complementados por outras medidas, proporcionaram o crescimento das exportações maranhenses, o que provocou grandes mudanças positivas na economia do estado.

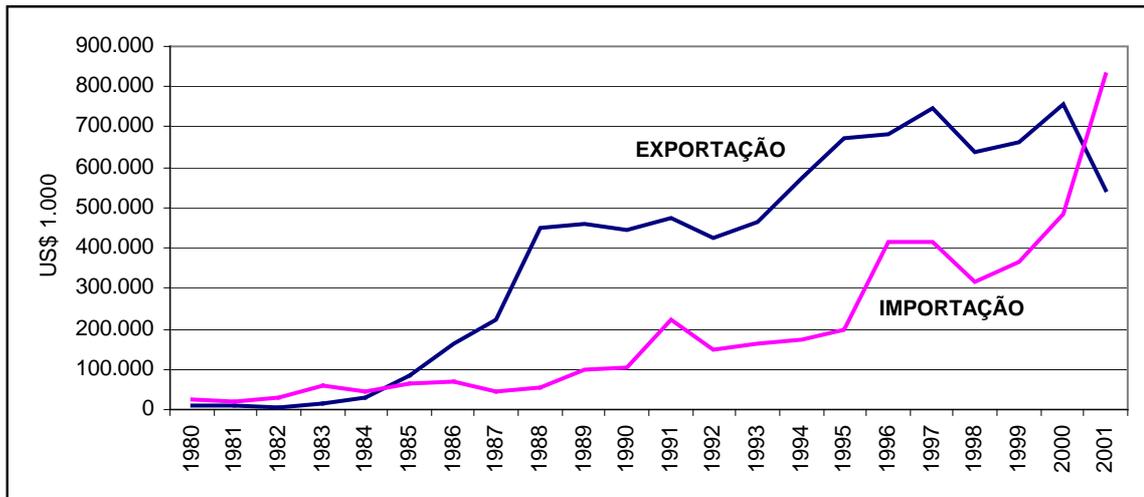
Os principais produtos exportados, de 1989 a 2001, estão na tabela abaixo:

**TABELA 07** – Estado do Maranhão. Principais Produtos Exportados, 1989-2001. Valores em %.

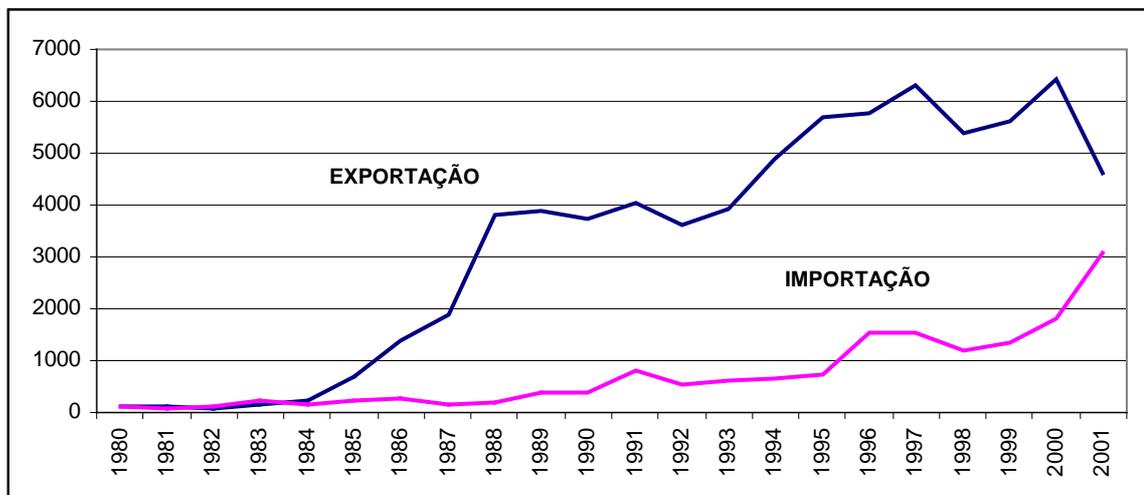
<b>Produtos</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
Peixes e crustáceos, moluscos, etc.	0,04	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,16	0,58
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	0,01	0,01	0,01	0,51	3,56	5,35	4,56	9,17	11,19	10,96	9,92	11,79	13,77
Gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais	0,03	0,03	0,01	0,02	0,04	0,02	0,04	0,06	0,04	0,05	0,06	0,04	0,04
Produtos químicos inorgânicos	15,09	9,61	4,16	6,03	6,96	7,55	6,74	8,12	7,03	4,89	7,23	8,01	10,55
Produtos químicos orgânicos	1,66	1,86	2,24	2,96	2,28	0,73	1,52	1,41	1,55	1,58	1,58	1,63	1,10
Madeira e suas obras, carvão vegetal	0,09	0,25	0,33	0,61	0,92	1,07	1,06	0,60	0,30	0,28	0,44	0,55	1,07
Papel e cartão e duas obras	0,23	0,12	0,43	0,44	0,51	0,36	0,14	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	0,00	0,00	0,00	0,19	0,53	0,13	0,02	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferro fundido, ferro e aço	1,77	3,71	5,44	6,46	5,66	10,12	14,15	9,96	12,95	22,16	14,44	17,20	24,47
Alumínio e suas obras	80,78	84,26	87,03	81,64	79,33	74,00	71,08	69,38	65,75	59,36	65,89	60,10	48,13
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, etc.	0,00	0,00	0,00	0,02	0,07	0,06	0,05	0,03	0,03	0,03	0,01	0,20	0,04
Não utilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,10	0,09	0,02	0,08	0,10
Produtos não mapeados	0,12	0,03	0,05	0,11	0,08	0,14	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100</b>												

Fonte: MDIC/SECEX.

A construção do trecho maranhense da Ferrovia Norte/Sul veio dar um formidável impulso ao universo econômico do Maranhão. Notem-se, ainda, os gráficos relativos à evolução das exportações e importações:

**GRÁFICO 02** – Estado do Maranhão – Exportações e Importações Totais, 1980-2001 – Em US\$ 1.00.

Fonte: MDIC/SECEX.

**GRÁFICO 03** – Estado do Maranhão – Índice de Crescimento das Exportações e Importações Totais, 1980-2001 – Base: 1980 = 100.

Fonte: MDIC/SECEX.

Deduz-se do exposto a partir do item 7.2.2 que o Brasil possui uma significativa experiência no universo dos blocos internacionais de atividades comerciais, espírito de liderança, aparatos sociais, condições geográficas, estabilidade política, governo democrático, vontade, força, capacidade competitiva para se integrar na proposta, nas atividades, nos objetivos da ALCA.

A participação positiva, decidida, capacitada e coerente do Brasil no Mercosul credencia-o para que se porte muito bem dentro da ALCA e seja, ali, não um mero participante, coadjutor inexpressivo, mas antes um líder, um bem sucedido ator principal.

A ALCA poderá ser o instrumento por excelência que irá vitalizar a economia brasileira, dando ao país condições de sair do atraso, da pobreza, tudo isso se os governantes, autoridades no geral, empresários, trabalhadores, a população, enfim, todos entenderem que é preciso muito trabalho, dedicação, coragem, inteligência e sentido de dignidade, autonomia, amor pátrio para que os brasileiros – respeitando os outros povos – obtenham ganhos compensadores, lícitos e incentivadores cada vez mais nas transações econômicas com os demais participantes da ALCA.

As tabelas a seguir apresentam a ratificação do que se afirma supra, ao interpretar o montante das exportações e importações dos blocos econômicos de 1980 a 2001.

**TABELA 08** – Exportações Totais do Brasil, por Blocos Econômicos, 1980-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB.

Anos	ALCA*	NAFTA	MERCOSU L	Países Asiáticos	União Europeia	Oriente Médio	Outros Países	Brasil
1980	7.377.086	4.222.144	1.811.440	1.987.350	5.327.204	880.592	4.560.169	20.132.401
1981	8.858.668	4.972.930	1.702.819	2.265.824	6.684.475	991.607	4.492.461	23.293.035
1982	7.321.577	4.534.508	1.128.263	2.233.676	6.177.331	1.067.458	3.374.957	20.175.000
1983	7.642.199	5.473.635	991.870	2.768.433	6.665.584	1.390.774	3.432.010	21.899.000
1984	11.175.147	8.295.334	1.321.565	3.138.752	7.226.274	1.197.741	4.267.086	27.005.000
1985	9.835.625	7.493.932	990.300	3.173.768	7.286.661	1.226.676	4.116.281	25.639.011
1986	9.481.186	6.766.419	1.170.292	2.972.938	6.235.937	969.407	2.689.135	22.348.603
1987	11.121.443	7.925.086	1.387.606	3.325.771	7.222.450	1.247.409	3.308.043	26.225.115
1988	13.508.914	9.698.728	1.592.480	4.957.600	9.766.824	1.275.303	3.243.014	32.751.655
1989	12.385.672	9.019.379	1.298.538	5.313.533	10.260.405	1.123.312	3.276.708	32.359.631
1990	11.641.111	8.502.220	1.302.024	5.194.607	10.024.024	1.060.778	3.059.703	30.980.224
1991	11.918.485	7.403.432	2.283.693	5.623.971	9.983.413	1.112.468	2.630.791	31.269.127
1992	15.316.900	8.359.399	4.054.520	5.519.815	10.661.195	1.279.012	2.640.881	35.417.803
1993	17.801.204	9.145.616	5.300.818	6.014.768	10.027.529	1.225.140	2.869.906	37.938.547
1994	19.331.764	10.159.579	5.803.142	6.906.593	11.957.970	1.056.609	3.422.026	42.674.963
1995	19.438.864	9.471.708	6.046.462	8.048.852	12.686.800	1.258.124	4.262.692	45.695.332
1996	20.873.868	10.181.754	7.174.262	7.563.658	12.605.849	1.320.535	4.416.482	46.890.392
1997	23.786.193	10.459.167	8.852.587	7.563.879	14.202.843	1.424.005	4.880.887	51.857.807
1998	23.847.185	11.040.690	8.679.710	5.490.167	14.418.203	1.578.246	4.662.534	49.996.336
1999	21.964.210	11.956.286	6.612.104	5.592.000	13.400.199	1.459.850	4.420.958	46.837.217
2000	26.584.414	14.926.285	7.467.326	6.106.850	14.276.041	1.292.251	4.969.047	53.192.603
2001	26.945.107	16.006.784	6.131.369	6.695.679	14.322.748	1.966.747	6.167.111	56.097.393

Fonte: MDIC/SECEX/DECEX; SUDENE/DPO/Contas Regionais (período 1980 a 1989) MDIC/ SECEX (1990 a 2001).

Obs: \*Inclui NAFTA e MERCOSUL.

**TABELA 09** – Importações Totais do Brasil, por Blocos Econômicos, 1980-2001. Valores em US\$ 1.000 – FOB.

Anos	ALCA*	NAFTA	MERCOSUL	Países Asiáticos	União Européia	Oriente Médio	Outros Países	Brasil
1980	8.633.470	6.082.946	1.142.164	1.714.756	4.115.683	8.052.386	2.444.255	24.960.550
1981	7.898.079	5.229.575	1.042.465	2.197.827	3.704.195	7.376.831	2.902.082	24.079.014
1982	7.242.681	4.430.429	943.356	1.386.688	3.122.521	7.095.381	2.221.729	21.069.000
1983	5.629.707	3.902.120	567.388	1.321.499	2.341.509	5.884.032	1.624.253	16.801.000
1984	5.483.148	3.710.635	737.021	1.166.731	2.040.193	4.303.593	2.216.334	15.210.000
1985	5.090.549	3.666.232	744.228	1.233.367	2.248.663	3.133.219	2.626.037	14.331.835
1986	6.186.025	4.178.696	1.316.289	1.600.643	3.741.458	2.162.175	1.866.938	15.557.239
1987	6.015.343	4.151.111	978.367	1.462.666	3.970.294	3.446.417	1.686.069	16.580.788
1988	6.039.254	3.980.836	1.251.599	1.413.869	3.849.682	3.010.759	1.741.842	16.055.406
1989	6.489.134	3.729.546	1.809.933	1.358.163	3.340.134	2.524.333	1.350.158	15.061.921
1990	8.554.617	4.986.815	2.318.116	1.748.303	4.599.375	3.938.254	1.808.028	20.648.577
1991	9.364.774	5.652.828	2.268.369	1.910.214	5.049.822	2.577.874	2.138.774	21.041.457
1992	8.867.199	5.380.673	2.227.501	2.172.956	4.882.002	2.858.716	1.763.416	20.544.289
1993	10.683.010	6.067.789	3.375.712	3.675.899	5.940.283	2.278.780	2.659.019	25.236.991
1994	14.035.797	7.826.033	4.579.667	4.968.957	8.965.016	2.128.052	2.954.863	33.052.686
1995	21.911.989	12.466.242	6.843.924	8.249.438	13.825.674	2.037.682	3.947.112	49.971.895
1996	24.911.666	14.017.040	8.287.497	7.625.495	14.217.789	2.203.587	4.296.944	53.255.481
1997	29.184.037	16.686.571	9.745.745	9.256.915	16.255.056	1.971.085	4.609.176	61.276.270
1998	27.294.635	15.732.415	9.372.205	7.834.990	16.734.180	1.237.755	4.273.061	57.374.621
1999	22.208.336	13.228.247	6.674.339	6.432.187	14.888.005	1.070.554	4.284.807	48.883.890
2000	25.812.427	14.707.688	7.779.339	8.583.458	14.037.867	1.557.501	5.737.303	55.728.556
2001	24.043.392	14.506.456	7.005.630	8.919.249	14.812.269	1.471.201	6.299.947	55.546.059

Fonte: MDIC/SECEX/DECEX; SUDENE/DPO/Contas Regionais (período 1980 a 1989) MDIC/ SECEX (1990 a 2001).

Obs: \*Inclui NAFTA e MERCOSUL.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia de cada país costuma passar, ao decorrer dos séculos, por várias transformações, ficando na dependência da mobilidade econômica que, por vezes, passa por momentos de drásticas mudanças, que podem ser tanto positivas como negativas.

Em termos mundiais, vê-se historicamente que determinados países conseguem ascender ao pódio da supremacia política e econômica sobre os demais, por algum tempo, mas que depois sofrem quedas retumbantes, sendo substituídos por outros e assim sucessivamente.

No século passado surgiram entidades que agruparam um certo número de países para que, juntos, estes pudessem se fortalecer e auferir o sucesso no que concerne a suas economias.

Desse modo, foram criados a CEE (Mercado Comum Europeu), a BENELUX, a ALALC, o NAFTA, o MERCOSUL, para citar alguns dos mais importantes desses institutos.

A necessidade de proteger o mercado cria barreiras aos competidores de outras regiões, fomentando ocasiões de ganhos mútuos entre parceiros. Ou seja, os mercados comuns organizaram-se de modo a valorizar seus produtos e impedir que produtos estrangeiros prejudiquem o comércio local.

Assim é que surge a proposta de ser criada a ALCA - Área de Livre Comércio para as Américas, por injunção dos EUA em meados dos anos 90 do século XX.

A ALCA vem se organizando, estruturando-se, tendo sido realizadas grandes e importantes reuniões com os 34 países do Continente Americano para que a mesma se viabilize e seja aceita por todos eles.

Os EUA apregoam as vantagens irrecusáveis que os países terão ao participarem da ALCA, acenando para a possibilidade de uma superbenéfica integração comercial e vêm batalhando pela adesão de todos os países do Continente, à exceção de Cuba.

Todavia, as objeções à ALCA aparecem, também, com formidável expressão, sendo levantadas inúmeras críticas tanto aos EUA como à ALCA em geral.

São críticas consistentes, baseadas no fato de que há muita lógica em se raciocinar que o poder do país dos EUA superará, em muito, a pouca expressiva capacidade econômica dos outros países.

A adesão do Brasil à ALCA foi combatida ferrenhamente pelos partidos de esquerda brasileiros, com ênfase ao Partido dos Trabalhadores (PT). Com a subida do petista Luís Inácio Lula da Silva ao cargo de Presidente da República, o governo descobriu, por assim dizer, que o problema é muito mais complexo e que o grande dilema de participar ou não da ALCA terá de ser resolvido com o máximo de sensatez, competência, objetividade.

Ignorar a ALCA, ficar fora do contexto em que ocorrerão as atividades econômicas de maior envergadura do mundo, poderia ser uma decisão por demais prejudicial ao Brasil.

Discussões, polêmicas à parte, o que os estudiosos, pesquisadores, políticos progressistas, cidadãos de bom senso almejam para o Brasil é o progresso, é a superação de seus problemas cruciais, é o bem-estar do povo brasileiro.

A experiência com o Mercosul tem sido de muita valia para o Brasil e é imprescindível que a sua tônica, as suas virtudes sejam mantidas, incrementadas.

O que está em jogo não é apenas a balança financeira, se o Brasil exporta mais do que importa, se o PIB e a renda per capita subiram ou subirão fantasticamente.

O que se almeja é que todos os brasileiros participem da construção da riqueza e possam usufruir da mesma, que nossos empresários obtenham bons lucros com seus negócios com os países estrangeiros, mas que também os trabalhadores tenham acesso a esses lucros e que todos se sintam em condições favoráveis de uma vida economicamente ativa.

A globalização é um fenômeno que está a dominar praticamente todos os ramos de atividades humanas. Impulsionadora, desafiadora, resgatadora e solidificadora de valores, cultivadora e exigente da boa qualidade, do dinamismo e da capacidade de se fazer o melhor, a globalização é, também, inflexível, irredutível, arrasadora, cruel, para quem não procurar especializar-se, modernizar-se com as novas tendências de mercado.

Torna-se extremamente necessário que se prepare para tê-la como companheiros na inserção comercial, e não que se seja sua vítima, presa fácil de sua arrojada tecnologia de ponta.

Portanto, é mister que se encare a ALCA como uma ferramenta poderosa para o crescimento econômico, que pode e deve ser utilizada pelos brasileiros em favor próprio.

Os governantes e empresários de todo o Brasil (e, em especial, os do Nordeste) necessitam trabalhar para a viabilização de negócios lucrativos não

apenas com os países do Mercosul, mas também com parceiros de todo o hemisfério.

A ALCA atingirá 800 milhões de pessoas, trabalhando com um PIB adequado, a ponto de representar uma força econômica de maior expressão mundial.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO JR., José Tavares. **ALCA: riscos e oportunidades para o Brasil**. Trabalho preparado para o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO. **Cartilha do Mercosul**. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1997.
- AVERBUG, André. **O Brasil no contexto da integração hemisférica: controvérsias em torno da ALCA**. Revista do BNDES. v. 6, n. 11, p. 49-78, Rio de Janeiro, 1999.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**, 1997.
- BARLOW, Maude. **E a Ameaça dos Programas Sociais, à Sustentabilidade Ambiental e à Justiça Social nas Américas**. [S.L.: [2003?]]. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/alca/alca\\_maude.htm](http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/alca/alca_maude.htm)>
- BAUMANN, R. (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto (org.). **Mercosul, Nafta e ALCA: a dimensão social**. São Paulo: LTR, 1999.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora de e SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional** – São Paulo: Saraiva. 2000.
- CORRÊA, Marlene. **Caminhando Nordeste**. Estudos Sociais. São Paulo: FTD, 1999.
- DEVLIN, Robert. **ALCA elevaria investimento em 27%**. Ibonline. BID, 2003.
- DIZ, Jamile Bergamashine Matta. **ALCA X União Européia: qual será o parceiro ideal do Mercosul?** Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, São Paulo, v.30, n. 71, p. 69-80, jul/dez 2000.
- ENGELS, Friederich. **Dialética da natureza**. 2. ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- FARIA, Luis Augusto. **A economia brasileira recente**. Ciências e Letras. n. 28, p. 167-174. Porto Alegre, 2000.
- GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas e Outros. **Comércio Internacional: impactos sobre o nordeste brasileiro**. Fortaleza, BANCO DO NORDESTE, 1998.
- GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas e VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **O comércio e a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil**. Fortaleza, BANCO DO NORDESTE, 2004.

GAZETA MERCANTIL, vários números, de 1997 a 1999. São Paulo.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (seminário). **A ALCA e o fim do MERCOSUL: riscos e oportunidades para o Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1998.

HABERFELDE, Sérgio. **ALCA em debate**. VIII Fórum Empresarial das Américas. Miami, IBM, 2003.

HARRINGTON, Anthony. **Não há ALCA sem o Brasil**. Dinheiro. n. 174: p. 24-26. São Paulo, 2000.

**JORNAL DA TARDE**. São Paulo, 17 de setembro de 1993, p. 9.

KRUGMAN, Paul R. e OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional – teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 1999.

LAMPREIA, Luís Felipe. **ALCA: os principais temas de um jogo**. In: Conjuntura Econômica, maio de 1997.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MACEDO, José Riavair e OLIVEIRA, Mariley W. **Brasil, uma história em construção**. São Paulo, Editora do Brasil, 1996.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTOS, César. **Harmonização das políticas de defesa da concorrência comercial: questões teóricas e implicações para o Mercosul, ALCA e OMC**. Estudos Econômicos. V. 29, n. 2: 267-291. São Paulo, 1999.

MELLO, Fátima V. **A ALCA e a renúncia ao desenvolvimento**. Proposta. n. 87: p. 32-39. Rio de Janeiro, 2000/2001.

MERCADANTE, Aloízio. **O Plebiscito Sobre a ALCA**. Publicado na “Folha de São Paulo, 2001”. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/alca/alca\\_mercad.html](http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/alca/alca_mercad.html)>

MUGNATO, Sílvia e SOLIANI, André. **PIB vai crescer 0,8,% em 2003**, diz Mantega. In: Folha Dinheiro (Folha de São Paulo), São Paulo, 2003.

RIOS, Sandra Polônia. **Impacto da ALCA na agenda externa brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Seminários DIMAC/IPEA, n.49).

SCALETTA, Cláudio. **Quem ganha e quem perde com a ALCA, 2003**. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/alca4.htm>>

SCARBELLI e DARÔS. **Vivências e descobertas em geografia**. vol. 7. São Paulo: FTD, 1996.

SOTERO, Paulo. **CIA vê um Brasil mais influente numa América Latina desigual**. In: O Imparcial. São Luís, 17 de dezembro de 2000, p. 5.

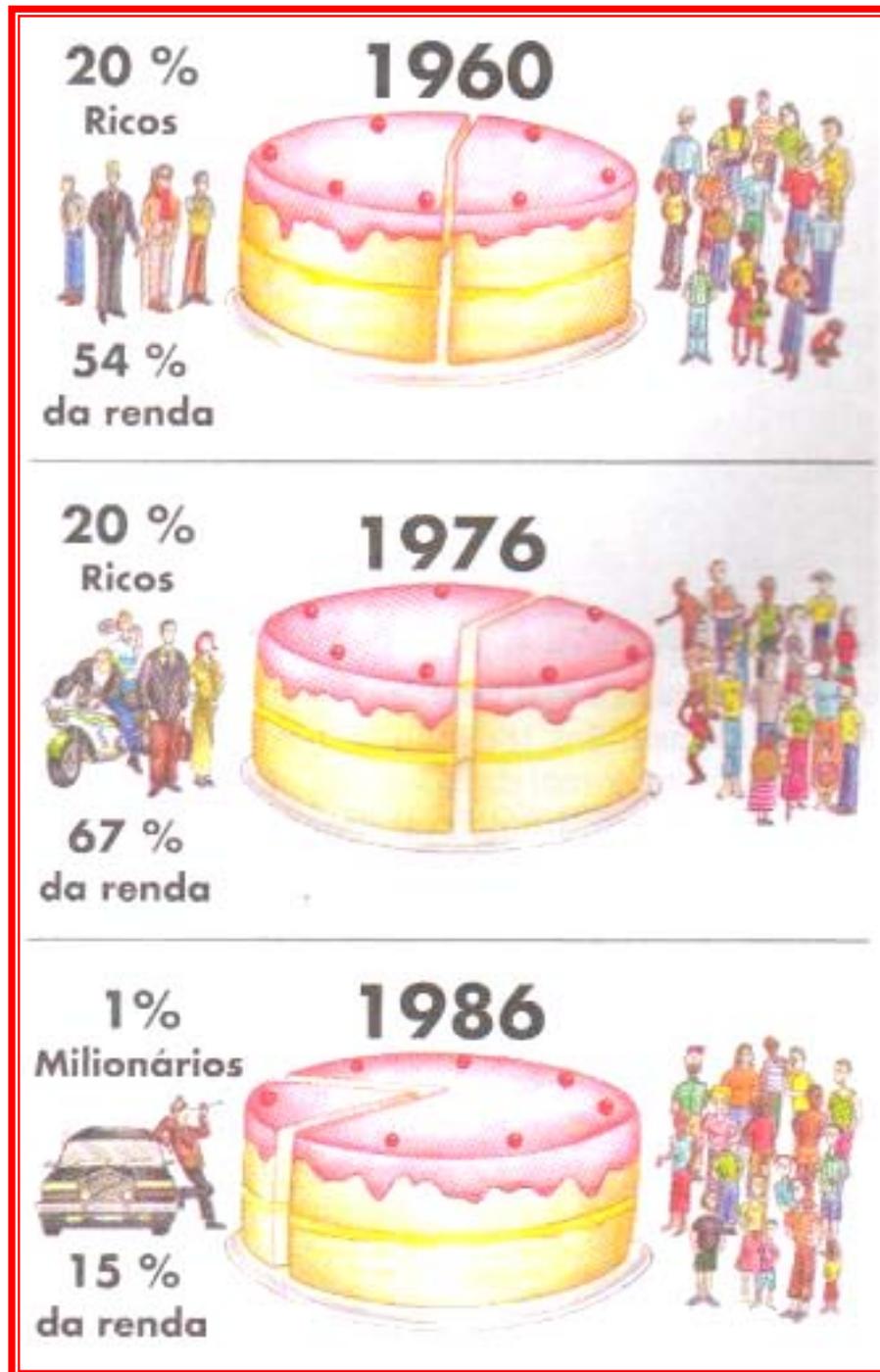
URANI, André. **Conseqüências Macroeconômicas da Pobreza**. In: O Brasil no fim do século: desafios e propostas para a ação governamental. Rio de Janeiro, IPEA, 1994, p. 45.

VIANA, Andréa. **Os números polêmicos da pobreza**. In: O Imparcial. São Luís, 29 de agosto de 1999, p. 3.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Dez anos que abalaram o século XX**. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999.

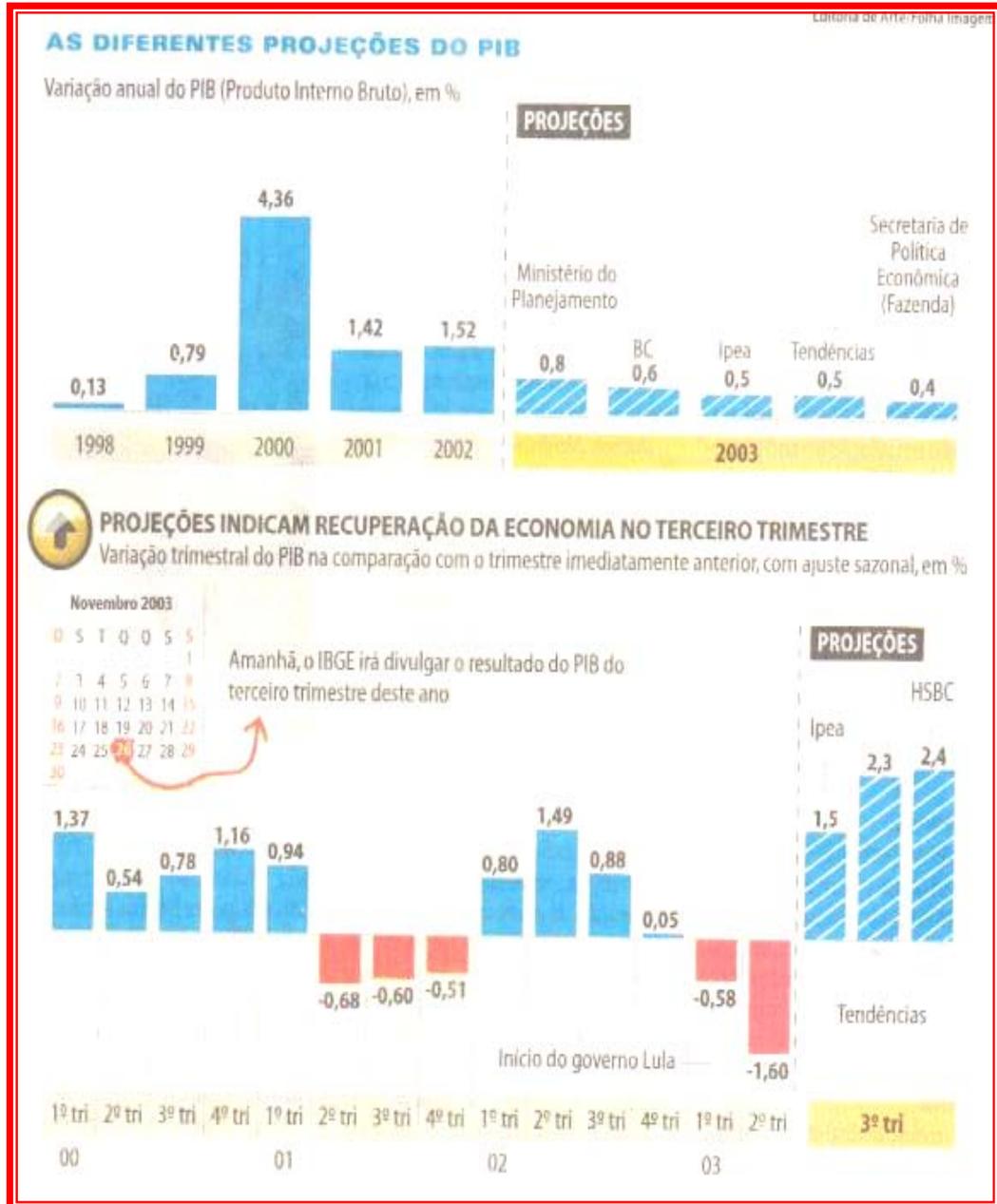
**ANEXOS**

ANEXO A – Participação da População por Estratos Sociais no “Bolo” do Pib – (Quadro 02)



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de Empregos e Rendimentos. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1998.

ANEXO B – As Diferentes Projeções do PIB – (Quadro 03)



Fonte: Jornal Folha de São Paulo.